

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUCIANO BARBOSA DE LIMA

**COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
NO CONTEXTO DE CRISES, CONFLITOS E CATÁSTROFES**

Brasília
2005

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUCIANO BARBOSA DE LIMA

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB,
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Campo de conhecimento:
Cooperação para o Desenvolvimento

Orientador: Marcelo Gonçalves do Valle

Brasília
2005

LUCIANO BARBOSA DE LIMA

**COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
NO CONTEXTO DE CRISES, CONFLITOS E CATÁSTROFES**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB,
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Campo de conhecimento:
Cooperação para o Desenvolvimento

Orientador: Marcelo Gonçalves do Valle

Data de Aprovação:
27/05/2005

Banca Examinadora:

Prof. Marcelo Gonçalves do Valle
(Orientador)

Profa. Meireluce Fernandes da Silva
(Membro)

Prof. Luiz Valério Rodrigues Dias
(Membro)

Brasília

2005

DEDICATÓRIA

A minha família e amigos.

AGRADECIMENTO

Agradeço à minha família por todo o apoio, assistência e empenho na minha vida pessoal e acadêmica.

Aos amigos, que sempre me apoiaram.

Aos entrevistados, que com sabedoria souberam explicar sobre experiências vividas.

Ao meu orientador, professores e colegas da universidade, que são, além de excelentes profissionais, grandes amigos.

Aos companheiros de trabalho que me ajudaram no crescimento profissional.

EPIGRAFE

Acredito que virá uma época em que, por força de uma compreensão superior, não teremos mais fronteiras. Chamaremos a Terra de nossa pátria. E, graças a meios jurídicos e à integração internacional, distribuiremos altruisticamente os bens do mundo segundo as necessidades das pessoas. A igualdade, porém, não pode ser implementada a força; ela tem que vir do coração (...) Temos de começar agora, conosco mesmos. Deveríamos tentar ser como os entes divinos que vêm e tornam a vir à terra para nos mostrar o caminho. Amando-nos uns aos outros e mantendo claro o nosso discernimento, tal como eles exemplificaram e ensinaram, a paz chegará.

Paramahansa Yogananda

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	vii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	1
1 REFERENCIAL TEÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	3
1.1 Apresentação	3
1.2 Liberalismo	7
1.3 Construtivismo	9
1.4 Teoria dos Jogos	10
1.5 Conclusão	12
2 DESENVOLVIMENTO E ASPECTOS CONCEITUAIS	14
2.1 Evolução do conceito de Desenvolvimento	14
2.2 Desenvolvimento como liberdade	18
2.3 Cooperação para o Desenvolvimento	19
2.4 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	22
2.5 Operações de Paz	25
3 TEMAS ESPECÍFICOS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	27
3.1 Coordenação das atividades	32
3.2 Estabilidade Estrutural	34
3.3 Fomento da competência de transformadora dos grupos sociais e as instituições locais e regionais	42
3.4 Outras atividades específicas	50
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas realizadas	62
ANEXOS A – Conceitos e termos de cooperação internacional	63

LISTA DE SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação (MRE)
Acnur	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
Agnu	Assembléia Geral das Nações Unidas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (parte do Grupo Banco Mundial)
BM	Banco Mundial
CD	Cooperação para o Desenvolvimento
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CS	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DAC	Development Assistance Committee
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
Gatt	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
G-7	Grupo dos Sete
GTZ	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit – GmbH
Ibri	Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
Ipea	Instituto de Planejamento Econômico e Social (Brasil)
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério de Relações Exteriores do Brasil
Ocde	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OEA	Organização dos Estados Americanos
OI	Organização Internacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais

ONU	Organização das Nações Unidas
PEDs	Países em Desenvolvimento
PNB	Produto Nacional Bruto
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RI	Relações Internacionais
TRI	Teoria das Relações Internacionais
UE	União Européia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Unctad	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unido	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNU	Universidade das Nações Unidas

RESUMO

LIMA, Luciano Barbosa de. *Cooperação para o Desenvolvimento no contexto de crises, conflitos e catástrofes*. Centro Universitário de Brasília. Professor Orientador: Marcelo Gonçalves do Valle. Junho de 2005.

Esse trabalho tem como objetivo apresentar o processo de Cooperação para o Desenvolvimento levado a cabo em regiões afetadas por crises, conflitos violentos e catástrofes, condições que acarretam perdas materiais e humanas, além de provocar instabilidade estrutural à sociedade e às instituições estatais ou privadas e desgaste aos esforços de progresso. Primeiramente é apresentada uma contextualização da temática no âmbito da Teoria das Relações Internacionais, com foco na evolução dos debates envolvendo cooperação e ajuda para o desenvolvimento. A evolução dos conceitos referentes ao tema Cooperação para o Desenvolvimento é debatida posteriormente com relação ao próprio Desenvolvimento, Cooperação para o Desenvolvimento, Objetivos do Milênio e Operações de Paz da ONU. A partir do estudo teórico são trabalhados os tópicos de maior relevância quanto às necessidades nas regiões afetadas por crises, envolvendo temas como a participação e reforma dos Estados, reconstrução da sociedade civil e capacitação da mídia local.

ABSTRACT

LIMA, Luciano Barbosa de. *Development Cooperation in the context of crises, conflict and catastrophes*. Centro Universitário de Brasília. Advisor Professor: Marcelo Gonçalves do Valle. June, 2005.

The major purpose of this paper is to present the Development Cooperation process as it has been carried out in regions affected by crises, violent conflicts and catastrophes, conditions that bring along material and human loss, besides causing structural instability to the society and to the state and private institutions and strain to the efforts of progress. The presentation begins with the thematic context within the International Relation Theory, focusing on the evolutional debate about cooperation and development aid. Concepts involving Development, Cooperation for Development, Millennium Goals and UN Peace Operations issues are discussed in a second moment. Based on a theoretical study, relevant topics are valued according to the needs of each case reality which involves State participation and its reform, rebuild the civil society as well as local media training.

INTRODUÇÃO

A crescente interdependência entre os países, impulsionada especialmente pela evolução dos meios de comunicação, tem criado laços mais próximos entre os povos e reações quase que instantâneas às crises nos níveis político, econômico e social. A participação de novos atores e temas tem proporcionado uma pressão maior à atuação eficiente dos Estados em necessidades antes menos importantes.

O contexto de internacionalização das crises internas tem fomentado maior preocupação da comunidade internacional na resolução de políticas que, juntamente com o Estado, promovam a proteção dos direitos da sociedade nacional, haja vista que na maioria dos casos as instituições estatais não têm condições de criar uma estabilidade no país. As situações de crises políticas, pós-conflitos e catástrofes têm por base a perda de recursos materiais e humanos que são fundamentais para a reconstrução que dêem condições mínimas de desenvolvimento para estas regiões.

São nesses contextos de crise da qual os Estados necessitam de ajuda externa para se reerguerem que esta obra se baseia. Considera-se que a internacionalização das crises e a experiência de pessoal internacional para estes casos possibilitam uma excelente condição de assistência pela cooperação internacional.

A Cooperação para o Desenvolvimento é o termo atualmente usado para expressar este tipo de ajuda e tem vários temas específicos do qual pode trabalhar, de acordo com as necessidades da região. Nesta obra trataremos os principais tópicos incorporados às missões de assistência nas regiões de crises, catástrofes e, especialmente, conflitos.

Esta obra está dividida em 3 capítulos. No primeiro capítulo, o autor trabalha com os temas de desenvolvimento e cooperação no âmbito da teoria das relações internacionais. São levantados os principais debates na área, dando especial foco às correntes liberal e construtivista, além de breve explanação sobre teoria dos jogos para melhor entender as relações de cooperação.

No segundo capítulo são trabalhados os principais conceitos no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento. Buscamos um entendimento da evolução do

conceito de desenvolvimento em âmbito internacional, novas propostas de tratamento dado a palavra, não mais restritos aos fatores econômicos, e então a conceitualização do próprio termo Cooperação para o Desenvolvimento. São apresentados também informações sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, importantes resultados de discussões internacionais frente ao tema, e sobre as Operações de Paz da ONU que têm papel fundamental nos processos de desenvolvimento de regiões pós-conflito.

No terceiro capítulo são então apresentados os principais temas a serem observados por agências de cooperação e organismos internacionais no desenvolvimento de regiões em crise. Pontos positivos e negativos da Cooperação para o Desenvolvimento nessas regiões, causas estruturais de conflitos violentos, coordenação das atividades e, por fim, os campos de atividade na promoção de desenvolvimento dessas regiões a serem trabalhados, respeitadas as características específicas de cada situação.

A intenção desse trabalho é transmitir ao leitor informações sobre o campo de ação das políticas de desenvolvimento em regiões em crise decorrentes de cooperação internacional e como o tema se insere nas discussões no âmbito das relações internacionais. Além disso, quais as áreas a serem trabalhadas para criar condições de maior estabilidade às situações críticas, favorecendo a uma sustentabilidade frente aos conflitos e criando condições de desenvolvimento duradouro e igualitário.

1. REFERENCIAL TEÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1.1 APRESENTAÇÃO

Neste capítulo o autor apresenta o debate sobre a cooperação e desenvolvimento no seio da Teoria das Relações Internacionais (TRI), dando importância aos principais temas em debate dentro do estudo das relações internacionais e então a evolução dos conceitos dentro das principais discussões que, expressando crítica aos clássicos preceitos realistas, se desenvolvem nas obras liberais e construtivistas. Posteriormente, neste capítulo, toma lugar uma breve explanação sobre teoria dos jogos, tópico que se desenvolve para explicar matematicamente as estratégias nas relações de cooperação entre os atores.

O universo do internacional se inicia no estudo da relação entre os Estados, considerados como únicos atores das relações internacionais, manifestadas por guerras, disputas econômicas, acordos de paz etc. Este universo se expande quando se passa a aceitar a intervenção de novos atores no sistema internacional, como os Organismos internacionais, as Organizações Não-Governamentais (ONG) e o próprio indivíduo.

As bases da teoria das relações internacionais são ocidentais e surgem nos países com maior possibilidade de influenciar nos negócios internacionais no pós-Primeira Guerra, procurando produzir uma teoria própria para as relações internacionais. Por ser uma disciplina nova, ela está muito ligada a fatores ideológicos, muitas vezes determinada pela balança de poder, e o uso e defesa de metodologias de estudo seguem esses interesses, tratando-se de uma disciplina com objetividade complexa.

A globalização intensifica as relações entre os indivíduos, Estados e mercados pela tecnologia de comunicação e da interdependência. Novas regras são criadas para reger essas relações, agora mais internacionalizadas que nunca. Instituições surgem e

têm maior poder de definir futuros aos Estados. As novas necessidades de acompanhar essas mudanças já não permitem mais países isolados.

A disciplina das Relações Internacionais é bastante abrangente e acompanha a diversidade e complexidade de interesses que permeiam o contexto internacional com o surgimento de novos atores, novos temas e mais possibilidades de conflitos de interesses.

A tentativa de estudar o desenvolvimento das relações mundiais afronta com a primeira dúvida de que se haveria um campo de estudo único e isolado das relações internacionais que pudesse identificar o internacional nas suas várias instâncias – política, social e econômica – e que pudesse definir regras que regulassem essas dinâmicas. Fonseca Jr. (1994) afirma que isso seria extremamente difícil dentro das ciências sociais, por culpa do antagonismo criado entre a variedade de fenômenos e a tentativa de criar hipóteses que simplificassem essa diversidade. Percebemos também que, para entendermos melhor as problemáticas em âmbito internacional, não há como isolarmos a disciplina de outras ciências sociais.

Além disso, a produção teórica das relações internacionais, como não poderia ser diferente das ciências sociais, tem forte ligação com o decorrer dos fatos histórico. O contexto histórico e as crises políticas que afetaram as principais sociedades das grandes potências fizeram com que a grande área de teorização fosse, em certo período, a de guerra e paz, que foi vista como uma relação direta entre os Estados até o período do pós-Primeira Guerra Mundial, quando brota o multilateralismo. No período da Guerra Fria, a teoria da dissuasão ou persuasão determina o estudo da corrida armamentista. Posteriormente, com a expansão transnacional das comunicações e dos mercados – divisão internacional do trabalho –, é gerado o debate teórico sobre a interdependência, fortemente ligado aos fatores econômicos e comerciais. Na América Latina a reflexão teórica cresce quanto à dependência, porém não como um direcionamento do comportamento do Estado em âmbito internacional – política externa –, mas pelos efeitos do sistema internacional nas possibilidades de desenvolvimento dos países.

A teorização das relações internacionais em conflito com a diversidade de interesses nos leva ao surgimento de debates que tentam analisar tópicos como: se a

teoria das relações internacionais tem hipóteses próprias ou deriva de outras ciências sociais; se deveria discutir o sistema internacional como um todo ou somente temas específicos, discussão sobre o alcance das teorias; e se a metodologia deveria seguir estudos de origens clássicas pela combinação analítica de direito, ética etc. (clássicos) ou se deveria incorporar métodos das ciências exatas (positivistas ou comportamentalistas).

Pelas características da produção teórica das relações internacionais acima citados podemos perceber que seria difícil desenvolver uma teoria pura da disciplina. Porém alguns valores ou variáveis normativas foram desenvolvidos por Ferguson e Mansbach¹ (1988 apud FONSECA JR, 1994) para orientar as construções teóricas, dividindo a disciplina em quatro dicotomias. Essas características podem nos auxiliar a entender as principais temáticas das produções teóricas que vêm sendo desenvolvidas dentro das relações internacionais:

Mutabilidade / Imutabilidade:

Discute a possibilidade de se a guerra seria uma fatalidade inevitável ou se haveria possibilidade de evitá-la. Para o realismo, corrente amplamente utilizada em TRI, o homem é ambicioso e a guerra é permanentemente latente. Considera que a história é cíclica e que os homens e instituições não evoluem. Por outro lado existem aqueles que acreditam que a história não é cíclica, mas que existe progresso no qual o homem evolui paulatinamente para uma “humanidade ideal”. Buscam-se, nesse pensamento, formas de conter a agressividade humana e superar a guerra, soluções que poderiam brotar da expansão da democracia, em âmbito nacional, e da interdependência, em âmbito internacional.

Otimismo / Pessimismo

Discussão muito alinhada com o tópico anterior, trabalha mais com as possibilidades de mudanças que surgiriam da educação, no plano do indivíduo, e da democracia, no plano social. A questão seria saber qual instituição poderia conter o egoísmo, teoricamente latente ao ser humano? Propostas como a diplomacia ou o

¹ FERGUSON, MANSBACH. *The elusive quest*. Columbia: South Carolina Univ. Press, 1988, p. 32-49.

próprio Conselho de Segurança surgem como solução. O otimismo às mudanças imperou no pós-Guerra Fria com a idéia da expansão da democracia, do livre comércio etc., porém o pessimismo retorna nos primeiros anos da década de 90 com a explosão de conflitos e crises regionais, rerepresentando a idéia da corrente realista de que o conflito é intrínseco às nações, mudando somente o “código de conflito” que passaria de ideológico para entre civilizações.

Competitividade / Comunidade

Este tópico discute se seria possível pensar em processos cooperativos em âmbito internacional. A primeira visão afirma que os recursos e objetivos almejados são limitados e que existiria luta para alcançá-los, dessa forma o ganho de um requer necessariamente a perda do outro, conhecida como jogo de soma zero. A segunda diria que existe a possibilidade de harmonização dos interesses entre os Estados pelo caminho da cooperação, visão que pode ser bem trabalhada pela teoria dos jogos, demonstrando que essa ação ocorreria pelo exercício da razão, quando se percebesse que haveria mais ganho com a cooperação que com a competição, e instituições – como o comércio – obrigariam uma mudança de comportamento entre os atores.

Elitismo / Democracia

Esta dicotomia trabalha com a idéia de como os países formulam suas políticas em âmbito internacional e como se ordena o sistema internacional. O elitismo afirma que são somente as grandes potências que têm condições de dar ordem ao sistema internacional, pois existiria uma igualdade formal entre os países, mas as decisões dependiam de poder, ou seja, as relações internacionais seriam analisadas a partir da distribuição de poder. No plano interno, as políticas externas deveriam ser definidas unicamente pelo Estado, minimizando a influência da opinião pública, pois aquele teria objetivos permanentes quanto a complexidade dos temas internacionais, enquanto que a população teria demasiadas divergências que dificultariam a participação da política externa nas decisões. A contraposição disso é a idéia da interdependência, no qual a elite não implementa políticas sem que haja uma percepção favorável da maioria, sejam

Estados ou indivíduos. Portanto, para um ambiente de estabilidade é necessária a defesa da democracia e condições igualitárias de participação.

Essas dicotomias que permeiam a teoria das relações internacionais têm como fonte os debates entre as correntes teóricas de maior importância no estudo da disciplina e que auxiliarão nos nossos estudos. Essas linhas teóricas são realismo, liberalismo e construtivismo.

O realismo surge nos trabalhos de Maquiavel e Hobbes afirmando que os Estados vivem em um “estado de natureza” no qual não há um poder soberano que rege as relações entre eles, levando-os a um contexto de conflito permanente e determinando as relações internacionais pela distribuição de poder.

Os liberais têm uma visão mais otimista do sistema internacional quando afirmam que a competição pode trazer benefícios. Nessa linha ideológica o indivíduo, e já não mais o Estado, é o elemento central de análise e aceita a idéia da multiplicidade de atores nas relações internacionais. A globalização e a interdependência entre os Estados levariam à necessidade de se pensar em ação governamental internacional, visto que a dificuldade de implementação de políticas com novos desafios levariam as questões nacionais a serem tratadas internacionalmente.

Já o construtivismo estuda como as relações internacionais são reguladas pelas organizações e dá ênfase às práticas de cooperação entre os Estados e o sistema internacional. Portanto se dedica ao estudo de temas como regimes cooperativos, multilateralismo e supranacionalismo.

O foco será dado às correntes liberal e construtivista, já que possuem maior proximidade à visão de que os países se ajudam e cooperam para o desenvolvimento, e posteriormente será apresentada a teoria dos jogos identificando matematicamente as possibilidades de cooperação e não-cooperação nas relações entre os atores.

1.2 LIBERALISMO

O liberalismo surge com mais expressão nas obras de John Locke e Adam Smith como uma corrente teórica promotora da liberdade e do individualismo. Os liberais eram considerados utópicos no período entre guerras, mas reaparecem com outro

fôlego a partir da queda da União Soviética. Acreditam que existe um campo promissor nas relações internacionais no qual podemos identificar potencialidade de progresso e mudanças vantajosas.

Valorizando a liberdade individual, defendem uma diminuição no controle por parte do Estado e que, da mesma forma que é regulado em âmbito nacional por leis e pelo mercado, essa regulação também deveria existir em âmbito internacional para promover a estabilidade.

Para os liberais, a interdependência é uma das questões de maior importância na promoção da estabilidade internacional. Angell² (1912 apud GRIFFITHS, 2004) se destaca nessa questão, afirmando que este fenômeno seria tão grande que o controle territorial estaria em declínio e que a guerra seria irracional. O autor descreve que essa relação ocorreria pela crescente divisão do trabalho e evolução dos meios de comunicação, provocaria um desenvolvimento das forças transnacionais e a cooperação atravessaria as fronteiras nacionais. Sendo opositor ao nacionalismo, Angell acredita que a expansão das ações do povo é mais importante que a defesa da soberania do país.

A noção de participação popular foi mais tarde debatida por Beitz³ (1979 apud GRIFFITHS, 2004), que dizia que as pessoas são livres e iguais moralmente, tendo um senso de igualdade e justiça que leva os indivíduos a se conectarem uns aos outros. Assim, na tentativa de criar um ideal de vida coletiva, Beitz traz à tona os “Princípios de Justiça” apresentados por Rawls⁴ (1971 apud GRIFFITHS, 2004) e defende estes ideais reunindo duas sub-áreas da ciência política – teoria política e relações internacionais.

Os liberais também trabalham com a idéia de que com a expansão da democracia liberal originaria uma predisposição contra a guerra, porque só a democracia poderia satisfazer as necessidades humanas fundamentais. A criação da paz pela democratização é trabalhada por Doyle⁵ (1997 apud GRIFFITHS, 2004) e

² ANGELL, Norman. *The great illusion: a study of relations of military power in nations to their economic and social advantages*. Londres: Wiliam Heinemann, 1912.

³ BEITZ, Charles. *Political theory and international relations*. New Jersey: Princeton University Press, 1979.

⁴ RAWLS, John. *A theory of justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

⁵ DOYLE, Michael. *Ways to war and peace*. New York: Norton, 1997.

Fukuyama⁶ (1992 apud GRIFFITHS, 2004), porém também observam que essa estabilidade existiria entre Estados liberais, mas não entre sociedades liberais e não liberais decorrentes das diferenças culturais.

A democracia como “sistema pacificador do mundo” é dominante atualmente no estudo das relações internacionais, porém negligencia a existência de fatores culturais que podem fragilizar a expansão democrática liberal e o nível liberal que uma nação pode estar para que realmente promova estabilidade no contexto internacional. A globalização pode ser tanto uma oportunidade como uma ameaça à democracia liberal, já que haveriam diferentes modelos de democracia.⁷ (HELD, 1987 apud GRIFFITHS, 2004)

1.3 CONSTRUTIVISMO

O Construtivismo surge com Wendt⁸ (1987 apud GRIFFITHS, 2004) como uma linha teórica em que estivesse presente o relacionamento entre os agentes – Estados – e a estrutura – sistema internacional – como se constroem um ao outro, ou seja, preocupam-se sobre “*how actors and systems are constituted and co-evolve*”⁹ (KATZENSTEIN, 1996 apud ROCHA, 2002: 214). Não se deve dividir o estudo das relações internacionais em níveis de análise, visto que dessa forma não se pode compreender a complexidade da disciplina.

Os construtivistas consideram que os atores agem racionalmente e as relações internacionais uma análise de como os agentes racionalizam seu comportamento:

[...]os construtivistas procuram entender o modo como os agentes internacionais constroem identidades em função de suas percepções da realidade e das estruturas normativas, positivistas ou axiomáticas, em que estão inseridos. (ROCHA, 2002: 218)

⁶ FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. Londres: Hamish Hamilton, 1992.

⁷ HELD, David. *Models of democracy*. Cambridge: Polity Press, 1987.

⁸ WENDT, Alexander. The agent-structure problem in international relations theory. *International Organization*, n. 41, p. 335-370, 1987.

⁹ KATZENSTEIN, P. *The culture of national security*. Norms and identity in world politics. New York: Columbia University Press, 1996.

E acrescenta:

O debate agente-estrutura consiste, pois, em estabelecer, por um lado, o grau de influência que a livre atuação dos agentes exerce sobre os processos importantes da realidade internacional, e, por outro, em que medida a liberdade de ação dos agentes sofre limitações das estruturas. (ROCHA, 2002: 220)

O construtivismo tem uma visão de cooperação baseada na teoria dos jogos, na qual essa prática é possível em um sistema anárquico – como é o caso do sistema internacional com a falta de uma entidade supranacional – pois considera a racionalidade dos indivíduos que, buscando maximizar ganhos, poderiam vir a criar alianças. Em seguida será explicada melhor esta idéia que é importante para a compreensão das relações e possível cooperação entre os indivíduos, neste caso, atores internacionais.

1.4 TEORIA DOS JOGOS

A teoria dos jogos provém da expressão jogo comumente usado para expressar a relação de conflito/cooperação entre dois ou mais indivíduos, aplicando estratégias variadas que objetivam alcançar o máximo de benefícios.

A base dessa teoria está na idéia da racionalidade humana, em que os seres humanos são absolutamente racionais nas suas escolhas na busca de maximizarem seus ganhos e benefícios. Estas escolhas, apesar de individuais, possuem resultados coletivos. Portanto, os resultados das decisões individuais também dependem da coletividade e das decisões alheias.

Com o desenvolvimento dessa percepção se buscam maiores técnicas de formulação de estratégias que possibilitem maiores benefícios aos jogadores, superando os obstáculos da coletividade pela *racionalidade estratégica* (LESSA, 1998).

Para a dedução das melhores estratégias, a teoria dos jogos analisa o comportamento dos agentes pelo estudo das “conseqüências das diversas estratégias possíveis, as possíveis alianças entre ‘jogadores’, o grau de compromisso dos contratos entre eles, e o grau em que cada jogo pode se repetir, proporcionando a todos os

jogadores informação sobre as diferentes estratégias possíveis”. (TOPICOS DE RELACOES INTERNACIONAIS E LOGISTICA INTERNACIONAL)

Entre os principais tipos de jogos estudados estão os de Soma Zero e o Dilema do Prisioneiro. O jogo de Soma Zero está baseado na lógica de que, se um jogador ganha, o outro necessariamente perde, em iguais proporções, em que o total de ganhos ao final do jogo – a soma dos resultados – é nulo.

Já o Dilema do Prisioneiro toma por base a visão hobbesiana de que os indivíduos são egoístas e, portanto, vivem em constante disputa. Essa visão prevê que os indivíduos tendem, por natureza, a não cooperar, pois são convencidos a ganhar mais e não confiar na reação do outro e na cooperação.

Tomando como resultado o conceito de Equilíbrio de Nash, o fim mais provável da relação entre estes indivíduos tende a não ser socialmente ótimo, ou seja, o resultado da decisão racional individual não necessariamente resultará em racionalidade coletiva:

O dilema do prisioneiro tem atraído a atenção dos pesquisadores em ciência social por retratar de modo penetrante uma situação paradoxal: a busca do melhor por parte de cada jogador produz um resultado não ótimo do ponto de vista do conjunto dos jogadores. (PRADO, 1999: 1)

É baseado nesta questão que se buscam formas de evitar essa constante social de não cooperação. Uma das técnicas principais apresentadas é o Teorema Popular (“Folk Theorem”). Ela apresenta resultados analíticos de jogos seqüenciais do dilema do prisioneiro de repetições finitas e infinitas, utilizando os mesmos jogadores.

Nas repetições finitas os indivíduos tendem a racionalizar a jogada anterior do adversário e a decisão coincide com a da jogada anterior, a de não cooperação. Porém se a jogadas são infinitas, a indução a fase anterior não ocorre e novas possibilidades aparecem. Nesse momento os indivíduos tendem a buscar formas de alcançar a cooperação escapando do dilema do prisioneiro por vários caminhos, entre eles a penalizarão – falta de credibilidade – e a comunicação ou negociação.

Na busca do mesmo objetivo, Axelrod (1984) desenvolveu um torneio para encontrar a melhor estratégia que possibilitaria a cooperação a partir da competição. A melhor estratégia que surgiu foi a Tit-for-Tat, de Anatol Rapoport, que está baseada na

lógica “cooperar, retaliar, perdoar”. Primeiramente cooperar, posterior não cooperar se o outro não cooperou anteriormente, perdoar e voltar a cooperar se o outro quiser voltar a cooperar.

Dessa forma, Axelrod tenta refutar a idéia de Hobbes de que não haveria ordem sem um poder absoluto, apresentando que os indivíduos tenderiam a maximizar seus ganhos oriundos de alianças.

A teoria dos jogos nos permite aplicá-la à cooperação quando se desenvolvem estratégias que viabilizem a criação de alianças em um contexto conturbado de crises – no âmbito das relações institucionais nacionais e internacionais – e de falta de uma entidade supranacional – no âmbito internacional. Entre as principais soluções estão a comunicação e negociação constantes entre os atores, a fim de buscar a maximização dos ganhos para as partes envolvidas e diminuição nos conflitos destrutivos de interesses.

1.5 CONCLUSÃO

A revisão dos teóricos clássicos da disciplina que estamos discutindo é fundamental para entendermos a evolução dos debates dentro das relações internacionais. Porém, essa atividade se torna mais importante ainda para percebermos que é necessário uma releitura dos mesmos e adaptá-los às necessidades frente aos desafios atuais.

Como já vimos, as relações internacionais muitas vezes são usadas como arena para os conflitos ideológicos e as instituições vão sendo criadas na tentativa de minimizar essas dicotomias.

Portanto, torna-se importante a análise dos vários níveis de interesses – doméstico, transnacional e estrutural – para entender melhor os objetivos que cercam as ações e como ocorrem as relações entre os Estados e o sistema internacional.

A evolução dos meios de comunicação favoreceu à participação de novos atores e o surgimento de novos temas na agenda internacional. Então, torna necessária que a construção teórica seja mais específica aos temas que se quer estudar, e uma

disciplina tão multidisciplinar como as relações internacionais requer estudos auxiliados de métodos e técnicas de outras ciências sociais.

As quatro dicotomias apresentadas por Ferguson e Mansbach orientam-nos a entender como são produzidas as teorias das relações internacionais. Porém, no contexto que se observa na atualidade, percebemos:

- Certo entendimento frente às guerras entre os Estados com o fortalecimento da interdependência, a expansão da democracia e dos mercados. Entretanto, crises internas nos remetem a novos desafios dos conflitos armados.
- Surgimento de mudanças no contexto internacional quanto a aparição de atores supranacionais, temas novos e crescimento do número de atores não-estatais, podendo acarretar um mundo mais eficiente quanto às políticas estatais. Porém há muito por se lutar pela participação dos novos atores frente as decisões estatais em países menos desenvolvidos.
- Busca de harmonização de interesses, entre eles pela cooperação, por se perceber que não há como conseguir iguais resultados se os Estados atuarem sozinhos, tanto em políticas externas como internas.
- Atores não-estatais têm mais força de influência na política externa de um país ou no sistema internacional. As cortes de justiça internacionais, muitas recém criadas, já são opções frente à jurisprudência nacional, e são exemplos da evolução da participação dos indivíduos no sistema internacional.

Apesar da força dos novos atores, os Estados continuam sendo os principais representantes nos processos decisórios das relações internacionais, porém vêm assumindo a sua limitação quanto ao cumprimento dos deveres à sociedade nacional, especialmente decorrente da complexidade de necessidades que brotam no contexto internacional, como a proteção dos direitos humanos, proteção do meio ambiente, desenvolvimento sustentável e intensificação do comércio exterior, temas que não tinham tanta importância para os Estados como têm hoje.

O movimento histórico tem favorecido a que temas como desenvolvimento, cooperação, interdependência, participação popular, comércio e democracia sejam soluções que possibilitem a almejada estabilidade dentro das relações internacionais.

A minha intenção não é teorizar o tema dentro das relações internacionais, mas possibilitar uma análise mais clara de onde se insere a Cooperação para o Desenvolvimento nas produções teóricas da disciplina e salientar a necessidade da ligação dos clássicos com outros estudos das ciências sociais para o melhor entendimento dos desafios atuais.

2. DESENVOLVIMENTO E ASPECTOS CONCEITUAIS

2.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Para entendermos o tema desta obra é preciso compreender como se define o termo Desenvolvimento, que tem sido conceituado de diversos modos no decorrer da história e tem recentemente adquirido forma e importância na agenda internacional. Porém, é um tema que ainda tem muito a evoluir dentro das discussões em âmbito internacional, tanto seu conceito como seus indicativos.

No período pós-Segunda Guerra Mundial não existia uma visão específica da questão do desenvolvimento. O Sistema de Bretton Woods determinava a Ordem Monetária Internacional nesse período, especificamente entre 1944 a 1976, deixando traços no mercado internacional até os dias de hoje. Entre os principais resultados desse sistema estão o padrão ouro-dólar como determinante das trocas mercadológicas; os Estados Unidos da América (EUA) como potência hegemônica; e criação de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Este último posteriormente evoluiu para a Organização Mundial do Comércio (OMC).

As instituições criadas no Sistema de Bretton Woods valorizavam o multilateralismo, importante evento histórico para a participação dos países em desenvolvimento no sistema econômico internacional. Nesse contexto, o tema desenvolvimento surge nas relações internacionais com o termo “países menos desenvolvidos” apresentado no GATT. Esse termo demonstrava a visão que se tinha no período de que o subdesenvolvimento era uma mera etapa transitória do qual os países teriam que transpassar.

Nos anos 50 emergiu a consciência da especificidade da questão de subdesenvolvimento e o seu vínculo com a relação entre os países desenvolvidos e as economias do sul. Começam então diálogos com o objetivo de alcançar novas formas

de relacionamento Norte-Sul. Múltiplas iniciativas de negociação ocorrem nos anos 60 e 70.

Um dos pontos mais marcantes desses diálogos resultou na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 1964 em Genebra. Posteriormente, com forte pressão dos países em desenvolvimento, a UNCTAD foi institucionalizada, passando a ser forte aliada aos países do sul quanto às negociações sobre aspectos da relação Norte-Sul, além de ser importante para fazer presente a questão em outras instituições internacionais.

Já vinham sendo debatidas as questões levantadas pelos liberalistas de livre competição entre os mercados, pois já se aceitavam que eram injustas as diferenças de condições de competitividade. O consentimento dessa idéia já foi importante conquista dos diálogos Norte-Sul impulsionados pelos países do sul. Baseados nessa premissa, os países em desenvolvimento lutavam por diferenciais que os possibilitassem participar mais competitivamente no mercado internacional. Uma dessas conquistas foram as preferências tarifárias a produtos manufaturados oriundos de países em desenvolvimento. Essa conquista resultou em forte pressão para a implementação dos Sistemas Gerais de Preferências (SGP's), exceção à cláusula da Nação Mais Favorecida, e prevê atenção especial aos problemas dos países em desenvolvimento. (ABDENUR, 1994)

Outro organismo internacional criado neste período foi a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), em 1966, com o objetivo de promover a industrialização dos países do sul.

A Teoria da Dependência aparece para alimentar as discussões do período, sendo importante para uma evolução no conceito de subdesenvolvimento, ainda neste período determinado como um problema meramente doméstico. Cardoso e Faletto (1970) apresentam uma análise sociológica da questão do desenvolvimento vinculado ao processo econômico, condições estruturais e situação histórica:

Não só o momento histórico é distinto, como as condições estruturais do desenvolvimento e da sociedade tornaram-se historicamente diversas. O reconhecimento dessas diferenças levou-nos à crítica dos conceitos de subdesenvolvimento e periferia econômica, e à valorização do conceito de dependência, como instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de

dominação [...] é preciso determinar interpretativamente a forma que essas relações assumem em cada situação básica de dependência, mostrando como Estado, Classe e Produção se relacionam. (CARDOSO e FALETTO, 1970: 139-140)

A linha de pensamento da Teoria da Dependência trouxe contribuições para a evolução histórica do conceito de desenvolvimento ao apresentar a crescente interferência estrangeira nos meios produtivos internos, porém sofre suas críticas:

[...] a demonstração de que certos países foram explorados não é suficiente para sustentar essa teoria. Embora não se possa negar que em alguns casos uma aliança dos capitalistas estrangeiros com as elites nacionais contribuiu para o subdesenvolvimento da economia nacional, [...] a acusação de que existe uma relação funcional sistemática entre o capitalismo e o subdesenvolvimento não pode ser comprovada. (GILPIN, 2002: 316)

O pensamento teórico da dependência e suas críticas criarão um debate que marcarão as décadas posteriores.

A caída dos Estados Unidos da América como potência reguladora da Ordem Monetária Internacional com o padrão ouro-dólar acarretou fortes mudanças na relação entre os países, especialmente quanto à questão comercial. O fim do Sistema de Bretton Woods levou a fortes crises econômicas nos anos 70.

A queda dos EUA como liderança do Sistema Monetário Internacional criou um período de desconfiança e insegurança. A crise da dívida externa resultante do sonho liberal levou a fundo os problemas de muitos dos países em desenvolvimento (PEDs). A insegurança fez com que os países se voltassem à formação de blocos regionais – regionalismo – e ao protecionismo setorial, caracterizado pela negociação de produtos específicos (“Fear Trade”), em detrimento a internacionalização da liberalização (“Free Trade”) proposta pelo sistema anterior. O problema da falta de uma potência que quisesse assumir a orientação sistema internacional permaneceu durante a década de 80 até o surgimento da liderança compartilhada do G-7. (GILPIN, 2002)

Em 1980 seguem as Negociações Globais sobre Cooperação Econômica Internacional para o Desenvolvimento. Nessas rodadas aparece o impasse à proposta dos PEDs quanto a relação entre o foro central da Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU) e as agências especializadas: o foro observaria os resultados das

decisões das agências especializadas. Porém, foi mantida por países desenvolvidos a rígida posição de descentralização das decisões dessas agências.

Os países do sul tentam novamente discutir o ordenamento internacional, em 1981, com a Conferência da Cúpula Norte-Sul:

Pela primeira vez na história, o tema da cooperação internacional para o desenvolvimento era elevado à consideração de uma reunião de chefes de Estado. O encontro, contudo, fracassou. [...] terminou por marcar o momento a partir do qual o tema do desenvolvimento passaria a perder relevância na agenda internacional. [...] A administração Reagan, então empenhada em verdadeira cruzada de reafirmação do poderio norte-americano, abordou a questão Norte-Sul com a mesma dureza e inflexibilidade com que, no plano estratégico, levava adiante a confrontação Leste-Oeste. (ABDENUR, 1994: 55)

Os fracassos nas tentativas de rever e refazer as relações internacionais fizeram com que a década de 80 fosse considerada a década perdida para os países em desenvolvimento, já que as conquistas foram poucas no âmbito internacional. Nesse período eles se esforçavam em dar tratamento político à questão da dívida externa como uma das poucas ações da época. Os resultados, porém, foram extremamente demorados. Essas tentativas fracassaram pelos seguintes motivos (ABDENUR, 1994):

- Falta de engajamento político dos países desenvolvidos com a questão da relação Norte-Sul, o tema do desenvolvimento não era mais importante para a opinião pública desses países. Como saída, passam a justificar que o subdesenvolvimento era um problema prioritariamente doméstico, e que de nada valeria sem que os países do sul não corrigissem os graves problemas internos:
- Os países do sul ignoraram a realidade da distribuição de poder mundial, aplicando uma atitude de confronto na questão Norte-Sul, o que dificultou as negociações. Eles também não reconheceram a importância dos fatores internos no subdesenvolvimento e pobreza.

Nos anos 90 a questão do desenvolvimento reaparece no contexto internacional. A relevância do tema ressurgiu já no começo da década com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio-92. Nesse encontro se pretendiam discutir temas especificamente ecológicos. Porém, pressões políticas direcionaram o evento para uma temática mais social. A ideia era a de que soluções

para os problemas do meio ambiente pressupõem o desenvolvimento e a erradicação da pobreza e, portanto, deveriam proteger o direito ao desenvolvimento dos países menos industrializados.

Outro evento importante para o tema no período foi a Cúpula das Américas, em 1994, no qual foram privilegiados temas como democracia e *good governance*, além de estímulo ao investimento no continente, reconhecendo a democracia como fator de desenvolvimento e o desenvolvimento como fonte de vitalidade e legitimidade democráticas.

Posteriormente ocorreram vários eventos, especialmente no âmbito das Nações Unidas, que culminaram na Cúpula do Milênio. Nesta reunião foram decididos oito objetivos que seriam prioritários no combate a pobreza, intitulados de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os quais veremos mais detalhadamente neste capítulo.

A história da evolução do tema do desenvolvimento nos auxilia a analisar como o conceito de desenvolvimento tem evoluído e onde se posiciona dentro do contexto internacional atual quanto à distribuição de poder e à sua importância na agenda internacional.

2.2 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Entretanto, as discussões quanto ao conceito de desenvolvimento ainda se apresentam limitadas, especialmente quando restritas aos fatores econômicos. Sen (1999) apresenta uma nova forma de análise do tema, na qual o desenvolvimento é conceituado como expansão das liberdades fundamentais dos indivíduos, e compara com as análises anteriores:

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. [...] Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a

alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante para o processo. (SEN, 2000: 17)

Assim Amartya Sen critica a análise de desenvolvimento como mera expansão econômica e tecnológica e afirma que a liberdade é o principal meio e o principal fim do desenvolvimento. Dessa forma, o desenvolvimento prevê a remoção das principais fontes de privação, como pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Apesar do século XIX ter o regime democrático e participativo como modelo chave de organização, ainda vivemos em um mundo onde as privações e opressão são grandes. O autor se fixa então em certas liberdades instrumentais cruciais: *oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora*. Essas diferentes liberdades podem servir para o fortalecimento uma das outras. A liberdade individual é um compromisso social e o agente livre e sustentável é o motor fundamental do desenvolvimento.

2.3 COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Da mesma forma que o conceito de Desenvolvimento evolui no decorrer da história, o termo Cooperação para o Desenvolvimento também seguiu as necessidades conceituais de cada época.

O período pós-Segunda Guerra Mundial marca uma nova fase nas questões de cooperação e de desenvolvimento. Nessa fase os Estados buscavam melhoria das condições da população. Nos anos 50 e 60 o desenvolvimento estava designado com base na perspectiva de crescimento econômico, modernização, acumulação de capital, ou seja, em aspectos econômicos. Além disso, o keynesianismo se sobressaía, defendendo o papel central do Estado e sua importância na interferência em questões relevantes, especialmente a comercial. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento tinha como principal ação a injeção de recursos externos objetivando o crescimento econômico do país.

No período da Guerra Fria, os Estados Unidos se comprometeram a transferir recursos a Estados mais pobres com o intuito de assegurar aliados. Até então as relações de cooperação eram entendidas não como uma relação de parceria e igualdade, mas de voluntarismo e generosidade dos doadores e obrigatoriedade dos receptores. (FERNANDES, 2004)

Nos anos 70, impulsionada pelas crises econômicas internacionais, a atenção se volta para problemas estruturais da África e as questões da dívida externa na América Latina. Nesse contexto o FMI cria políticas de ajustamento estrutural e aumenta a importância da participação da sociedade civil em preocupações referentes ao aumento das desigualdades e da pobreza, questões editadas em Relatórios do Banco Mundial nos quais apresentam novos indicadores do desenvolvimento.

Nesse período as políticas de desenvolvimento eram limitadas pelas questões econômicas, como as propostas do FMI que se limitavam a políticas econômicas restritivas que negligenciavam a questão social:

[...] o fenômeno da globalização e as correntes neoliberais defendem o crescimento econômico e a sua expansão como uma das receitas para o desenvolvimento e luta contra a pobreza. Contudo, as realidades são bem mais complexas e as receitas não tiveram o sucesso esperado. As desigualdades agudizaram-se e os métodos do FMI foram largamente criticados. (FERNANDES, 2004: 2)

Na década de 80 vem se traduzindo uma idéia cada vez mais forte da complexidade da questão de desenvolvimento, retratada nos indicativos e na observação de uma realidade cada vez mais multidimensional. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) crescem em número e sua participação se torna mais atuante que em tempos anteriores.

Nos anos 90, com o fim da Guerra Fria, aparecem novas áreas de atuação, entre elas a reconstrução de regiões pós-conflito. A crescente demanda de desenvolvimento das regiões afetadas por conflito exige maior eficácia e eficiência nas atuações, requerendo reformas no sistema, instrumentos e agências de cooperação para a melhor utilização dos recursos escassos. Percebe-se a fundamental importância do envolvimento dos países receptores para a melhoria da eficiência das políticas de auxílio. Entretanto a relação dos doadores e receptores coloca-os, nesta época, em

uma perspectiva hierárquica, havendo um comprometimento dos receptores de ajuda aos doadores baseado numa relação de força.

Nessa década também se observa a crescente substituição de Ajuda Pública ao Desenvolvimento por fluxos financeiros, especialmente de investimento direto estrangeiro. Assim, os países desenvolvidos se beneficiariam do fortalecimento das suas empresas pela promoção de filiais nos países menos desenvolvidos nos quais, em geral, possuíam mão-de-obra mais barata e recursos em mais abundância.

Nos últimos anos têm se fortalecido estratégias de trabalho conjunto objetivando a redução da pobreza. Introduce-se o Índice de Pobreza Humana (IPH) como importante meio de análise da pobreza. Surgem com mais força conceitos como Desenvolvimento Humano, Luta contra a Pobreza e Promoção da Cidadania. Os objetivos passaram a ser a do aumento da capacidade das pessoas, especialmente pela defesa de direitos sociais (direitos humanos, direitos sociais e culturais), políticos (participação e democracia) e econômicos (redução das desigualdades). Políticas de desenvolvimento começam a priorizar a valorização dos recursos humanos:

Parte-se do princípio que a riqueza das nações são as pessoas e que o objectivo fundamental do desenvolvimento é proporcionar-lhes condições de vida, saudável, longa, no pleno desenvolvimento das suas capacidades. A pobreza passa também a ser encarada como a recusa das oportunidades, a recusa de acesso e não apenas a ser medida pelo PNB. (FERNANDES, 2004: 3)

Com as reformulações históricas, hoje tomamos como conceito que “a Cooperação para o Desenvolvimento visa apoiar regiões, países e comunidades que têm mais dificuldades, num contexto de desequilíbrio da repartição dos recursos e oportunidades a nível mundial”. (PLATAFORMA PORTUGUESA DE ONGD)

A Cooperação para o Desenvolvimento abarca várias áreas de atuação, entre elas estão Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Comunitário, Capacitação, Micro-Crédito, Desenvolvimento Rural, Segurança Alimentar, Saúde, Educação para o Desenvolvimento, Educação formal, Formação técnica, Saneamento básico e melhoria ou reabilitação de habitat, Cooperação Descentralizada, Gênero, Direitos Humanos, Participação e cidadania, Responsabilidade Social das Empresas, Estudos e Investigação. (FERNANDES, 2004)

As atividades na promoção de políticas de Cooperação para o Desenvolvimento seguem a seguinte divisão (FERNANDES, 2004):

- Ações Puntuais: de pequeno porte, não se inserem em projetos ou campanhas;
- Campanhas: objetivam a sensibilização da sociedade civil ou grupos específicos, em geral surgem para arrecadação de fundos;
- Micro-projetos: de curta duração, com ações e objetivos concretos e direcionados;
- Projetos: média e longa duração, englobam diversas atividades, os impactos são mais abrangentes;
- Programas: projetos de longo prazo, envolvem muito dinheiro e ações de impacto nacional ou regional.

Já na década seguinte, a definição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio marca uma nova fase quanto ao tema do desenvolvimento, dando maior importância ao tema.

2.4 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

O ano 2000 foi marcado pela busca de soluções que objetivassem a redução da pobreza e culminou na Cúpula do Milênio, no âmbito da ONU, do qual resultou um documento com ações prioritárias na luta contra a pobreza e a fome. Essas ações foram expressas no chamado Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Os objetivos a serem alcançados têm como fundamento a participação e conscientização de um maior número de atores além da própria ONU:

Embora a Cúpula do Milênio tenha origem nas Nações Unidas, seus objetivos aplicam-se às pessoas e só podem ser atingidos se os esforços forem controlados nacionalmente e conduzidos pelos países. As fortes parcerias entre os atores nos diferentes níveis, global, nacional e local são essenciais para realizar mudanças significativas e acabar com as piores formas de pobreza e privação humana. (BRASIL, 2004: 9)

Os ODM são apresentados como meios pelos quais se combateria a fome e a pobreza e estão associadas a políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente. Além disso, se criaria uma parceria global para a promoção do desenvolvimento sustentável.

No documento são apresentados 8 objetivos, cada qual com suas metas, totalizando 18 metas. O acompanhamento é feito baseado em 48 indicadores criados por um grupo de especialistas do Secretariado das Nações Unidas, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Seguem os objetivos e suas respectivas metas:

OBJETIVOS	METAS
1 Erradicar a extrema pobreza e a fome	1 Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC* por dia
	2 Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome
2 Atingir o ensino primário universal	3 Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino
3 Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	4 Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015
4 Reduzir a mortalidade na infância	5 Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade
5 Melhorar a saúde materna	6 Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna

6 Combater o HIV/Aids, a Malária e outras doenças	7	Até 2015, ter detido a propagação do HIV/Aids e começado a inverter a tendência atual
	8	Até 2015, ter detido a incidência da Malária e de outras doenças importantes e começado a inverter a tendência atual
7 Garantir a sustentabilidade ambiental	9	Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais
	10	Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e esgotamento sanitário
	11	Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários
8 Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento		

*Dólar PPC é a referência de comparação internacional ajustado pela paridade do poder de compra, eliminando-se as diferenças de custo de vida entre os países. Outras instituições como Cepal, Banco Mundial, Ipea (Brasil) adotam diferentes parâmetros para indicar as linhas de pobreza e de indigência.

Hoje é consensual que não faltam recursos materiais ou humanos para solucionar os principais problemas do mundo, mas o que falta é decisão e vontade política. Apesar disso, esses objetivos são considerados otimistas demais quando consideradas conquistas históricas de certas regiões, especialmente a África Subsaariana e o sul da Ásia, bem como países da América Latina e Caribe, onde o

alcance de metas de desenvolvimento tem sido menos encorajador se comparado com as metas estabelecidas pela Cúpula do Milênio.

Mesmo assim, devemos saber que “as metas foram concebidas para desafiar a comunidade de desenvolvimento, não para aceitar precedentes históricos como o possível. Portanto, o fato de o mundo estar tão abaixo dessas metas-chave deve fazer soar um alarme” (BIRD, 2004: 34).

2.5 OPERAÇÕES DE PAZ

Outros conceitos importantes para a compreensão da prática da Cooperação para o Desenvolvimento em regiões afetadas por conflito são os de “Diplomacia Preventiva” (“Preventive diplomacy”), “Peacemaking”, “Peace-keeping” e “Post-conflict Peace-building”.

Estas expressões remetem às etapas das ações da ONU na resolução de problemas referentes à paz e segurança internacional, conhecidas como Operações de Paz. Essas atividades começam com a aprovação do Conselho de Segurança (CS) que, analisando as circunstâncias e necessidades do conflito, negocia com os países doadores o envio de recursos materiais e humanos à região.

Esses termos estão conceitualizados pelas Nações Unidas como (ANNAN, 1992):

Preventive diplomacy: ação para a prevenção de disputas ou escalada de conflitos quando venham a ocorrer;

Peacemaking: ação para levar as partes do conflito a um acordo de forma pacífica;

Peace-keeping: emprego estratégico de tropas das Nações Unidas na região do conflito, com o consentimento das partes. Normalmente envolve pessoal militar e da polícia das Nações Unidas, além de pessoal civil.

Post-conflict peace-building: ações para a identificação e suporte de estruturas objetivando o fortalecimento e solidificação da paz para evitar o reflorescimento dos conflitos.

A diplomacia preventiva esta vinculada a uma ação anterior violência, como fomento ao trato pacífico do conflito. As ações de Peacemaking e Peace-keeping tratam

do conflito violento quando este já está acontecendo, buscando formas de resolução do mesmo. Por fim, as operações de peace-building têm por objetivo a reconstrução da região, criando oportunidades no pós-conflito que viabilizem o desenvolvimento e evitem o surgimento de novos conflitos violentos.

O foco do próximo capítulo está no tratamento da cooperação internacional para o desenvolvimento das regiões quando a crise, no caso dos conflitos, já ocorreu ou está em seu fim, ou seja, no processo de peace-building. Estes tópicos também podem nos auxiliar para o desenvolvimento de outras regiões afetadas por crises e que, pelas perdas materiais e humanas, precisem de uma reconstrução emergencial de para curto prazo e condições de sustentabilidade para desenvolvimento de longo prazo.

3. TEMAS ESPECÍFICOS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo o autor apresenta os principais temas trabalhados pela CD em regiões que vivem crises políticas, pós-conflitos ou desastres naturais, fatos que acarretaram uma situação de dependência à ajuda externa direta para auxiliar nos problemas emergenciais que podem chegar a afetar as condições mínimas de sobrevivência da população local.

O desenvolvimento, como já vimos no capítulo anterior, deve prover aos indivíduos a possibilidade de saciar suas necessidades básicas e condições de liberdade, que se apresentam de diversas formas:

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade. (SEN, 2000: 18)

O conflito é fato presente em todas as mudanças sociais, já que é no momento das transformações socioeconômicas em que é negociada a distribuição de possibilidades de participação aos diferentes grupos de interesse, podendo acabar sendo até mesmo necessário para o convívio na sociedade.

Porém, a expressividade resultante de uma falta de consenso entre as partes pode acarretar sérios problemas à sociedade quando envolve o uso de violência. O conflito violento é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento e sua problemática pode variar de acordo com o nível de violência empregado ou latente.

Nesse último contexto a Cooperação para o Desenvolvimento (CD) tem por objetivo a tarefa da prevenção e ajuda à superação da violência como manifestação dos conflitos e de apoio às formas construtivas de gestão dos mesmos.

Os conflitos têm sido considerados como um dos principais problemas da nossa sociedade internacional. Eles fazem com que milhões de pessoas morram, sejam deslocadas e/ou percam seus meios de vida.

Os conflitos violentos destroem, em pouco tempo, anos de esforços ao desenvolvimento, sendo, portanto, considerado um obstáculo chave para o mesmo. Essa relação entre desenvolvimento e paz foi expressa no informe de Brandt¹⁰ de 1980, que preconizou a solidariedade mundial promovendo uma maior sensibilização das políticas sociais frente ao problema dos conflitos e das relações Norte-Sul.

As vertentes de ajuda para a resolução de conflitos são vastas e seus resultados podem variar de acordo com as condições de dificuldade de implementação de políticas. Frente às necessidades surge “avaliação de impacto de conflitos”¹¹ (“conflict impact assessment”) que permite uma melhor análise das medidas empregadas em projetos de desenvolvimento sobre a estrutura e o transcurso dos conflitos. Na mesma linha de pesquisa surge o documento “não fazer dano”¹² (“do no harm”) que desenvolve metodologias para identificação dos impactos positivos e negativos das intervenções humanitárias e formulando sugestões concretas para a paz. Alguns dos possíveis efeitos decorrentes de CD nas regiões afetadas por conflito estão expressos no Quadro 3.1.

¹⁰ BRANDT, W (The Report of the Independent Commission on International Development Issues under the Chairmanship of Willy Brandt). (1980) – *“North-South: a programme for survival”*. London/Sidney. Pan Books.

¹¹ BUSH, Kenneth. *A measure of peace, Peace and Conflict Impact Assessment (PCIA) of Development Projects in conflict zones*. Working Paper 1, The Peacebuilding and Reconstruction Program Initiative and Evaluation Unit, IDRC Canada, 1998.

¹² ANDERSON, Mary B. *Do no harm: How aid can support peace – or war*. Lynne Rienner Publisher Boulder Colorado, 1999.

Quadro 3.1: Possíveis efeitos positivos, negativos e problemáticos da Cooperação para o Desenvolvimento (CD) em situações de conflitos

Possíveis efeitos positivos	Possíveis efeitos negativos
<ul style="list-style-type: none"> ○ Redução a longo prazo das causas do conflito (disparidades regionais, oportunidades de emprego, mitigação de discrepâncias sobre o uso de recursos etc) ○ Estabilização sócio-política a curto e médio prazo por medidas de reconstrução ○ Abertura política, participação, democratização e fortalecimento das capacidades para uma equiparação de interesses livre de violência ○ Integração sócio-cultural do estado de direito, da democracia e da participação política a todos os níveis ○ Maior segurança e respeito aos direitos humanos através da presença de pessoal da CD ○ Redução de possibilidades de enriquecimento e sistemas clientelistas através de programas de reforma e ajustes estruturais 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Apoio direto e estabilização do governo respectivo (através da CD estatal), que é ao mesmo tempo parte adversária ○ Falsos sinais ao governo respectivo e às forças de oposição por “omissão” (oportunidades não aproveitadas para o diálogo político) e “consentimento” ○ Agravamento do conflito ao favorecer os sistemas clientelistas e as possibilidades de corrupção ○ Liberação de quantias orçamentárias para gastos militares ○ Maiores desigualdades regionais por fomento de determinadas regiões (ex. das elites governamentais), o qual leva a agravamento ou ainda estouro do conflito ○ Medidas violentas em contra do regime correspondente (entretanto, a longo prazo, redução do potencial de violência) ○ Redução da pressão a ações por resolução das causas do conflito através da CD (“internacionalização” das funções do Estado)

Outros efeitos problemáticos

- Possíveis agravamentos do conflito por fechamento dos projetos ou retirada do pessoal em situações de conflito agudo
 - Incremento da conduta competitiva no setor público através de programas de reforma ou ajuste estrutural
 - Falta de influência sobre medidas agravantes do conflito por parte de doadores multilaterais
-

Fonte: KLINGEBIEL Stephan. *Wirkungen der Entwicklungszusammenarbeit in Konfliktsituationen*. Informe del DIE 6/1999: 28, con pequeños añadidos, apud ROPERS, Norbert. *Desarrollo de la Paz, Prevención de Crisis y Manejo de Conflictos: Cooperación Técnica en el Contexto de Crisis, Conflictos y Catástrofes*. Eschborn: 2003: 16. Tradução própria.

São por estas questões apresentadas decorrentes de Cooperação para o Desenvolvimento em países afetadas por conflito que nos permitem afirmar que esse tipo de ajuda não pode ser neutra, pois traz necessariamente conseqüências às estruturas dos países. Portanto, torna-se necessário dar maior consideração ao entorno político-social durante o planejamento e execução de projetos e tomar em conta as possibilidades de incidir de forma direta e sistemática sobre a prevenção de crises e gestão de conflitos.

Outro importante passo para a orientação de políticas de desenvolvimento foram os “Alinhamentos sobre Conflito, Paz e Desenvolvimento” (“Guidelines on Conflict, Peace and Development”), elaborados pelo Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (Development Assistance Committee – DAC) da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1997.

Nestes alinhamentos se salienta a importância maior nas ações anteriores e posteriores aos conflitos violentos. Afirma-se que as políticas não devem seguir uma estrutura rígida, pois se devem aproveitar todas as possibilidades que objetivem uma transformação construtiva.

No Comitê, os conceitos chave para atingir os objetivos são a “boa governança” (“good governance”) e o fortalecimento da sociedade civil, assim como a introdução de valores mais favoráveis ao desenvolvimento do país, entre eles a igualdade de gênero, democracia, entre outros fatores que, de acordo com a situação, sejam mais viáveis e eficazes.

Um dos problemas centrais das situações de crise está na questão da “estabilidade estrutural”, pois para que haja o desenvolvimento é necessário que existam condições estruturais para o fomento da superação das causas da falta de paz e o fortalecimento de capacidades específicas para o manejo pacífico de conflitos.

As prioridades na política de desenvolvimento no pós-conflito estão centradas em ajuda e cooperação na busca de caminhos que possibilitem a superação de obstáculos políticos, psicológicos e burocráticos, além da intensificação de trabalhos com instituições e elites nacionais, conforme expresso no Quadro 3.2.

Quadro 3.2: Causas estruturais (“Root-Causes”) de conflitos violentos e aspectos problemáticos relacionados

Causa estrutural 1	Causa estrutural 2	Causa estrutural 3	Causa estrutural 4
Desequilíbrio de oportunidades políticas, econômicas e culturais entre distintos grupos de identidade	Forma de governo ilegítima, não democrática e ineficiente	Falta de oportunidade para uma equiparação pacífica de interesses entre grupos e para a superação de brechas entre grupos de identidade	Carência de uma sociedade civil ativa e organizada
1. Desigualdade socioeconômica 2. Elite governante exclusiva 3. Violação de direitos grupais 4. Desestabilização por refugiados e deslocados ao	6. Déficit de legitimidade do governo e instituições públicas 7. Serviços públicos insuficientes e em	10. Falta de mecanismos eficazes para a solução de conflitos 11. Falta de pluralismo e debates abertos 12. Desconfiança	14. Debilidade institucional e da sociedade civil 15. Falta de meios de comunicação profissionais e independentes 16. Carência de “interesses a

interior do país	deterioramento	entre grupos de	favor da paz”
5. Pressão demográfica	8. Delinqüência, violência social e política	13. Compromisso externo débil ou nocivo	(“peace interests”) de tipo econômico
	9. Interpretação e aplicação enviesada das leis pelas forças de segurança e pelo aparato judicial		

Fonte: LUND, Michael et MEHLER, Andreas: *Peace-Building and Conflict Prevention in Development Countries: A Practical Guide*. Bruselas/Ebenhausen: 1999: 47, apud ROPERS, Norbert. *Desarrollo de la Paz, Prevención de Crisis y Manejo de Conflictos: Cooperación Técnica en el Contexto de Crisis, Conflictos y Catástrofes*. Eschborn: 2003: 32. Tradução própria.

A Cooperação para o Desenvolvimento tem como parte de seu trabalho a busca de resolução às principais causas que fomentam conflitos violentos, como também buscar estratégias que possibilitem melhores soluções aos problemas dos quais estes conflitos têm como consequência.

3.1 COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES

Para a implementação eficiente de políticas de desenvolvimento é necessário contar com um contexto adequado do país e iniciar ações em conjunto com todos os atores envolvidos ou, pelo menos, com o maior número possível deles, além de estimular o diálogo político dirigido a objetivos, sejam bilaterais ou, melhor ainda, multilaterais.

Coerência e coordenação na aplicação dos diferentes instrumentos de ação a nível dos órgãos políticos de decisão, coordenação entre as iniciativas nacionais, multilaterais e não-governamentais são fundamentais para que as atividades sejam exitosas.

Para começar deve haver coordenação entre as instituições de um mesmo país doador, e estas com os diferentes países doadores bilaterais e multilaterais. Não se trata de juntar diferentes enfoques e instrumentos, mas de buscar uma estratégia coerente com a realidade do país. Essa estratégia integrada é importante devido a que as necessidades locais e regionais podem ser bem diferentes das propostas dos países doadores.

É indispensável considerar a existência de grupos de interesses que tentarão impedir a coordenação externa, atacando-a como sendo “intervencionista”. Para evitar esse desgaste com a opinião pública, é fundamental a coordenação das atividades em todos os níveis micro, médio e macro, englobando todos os níveis conflitivos e evitando a visão das políticas de desenvolvimento como tendenciosas a grupos privilegiados, visão que reforçaria o status quo conflitivo e a conseqüente rejeição aos projetos de desenvolvimento.

Os campos de atividade para a promoção do desenvolvimento em regiões em crise, conforme expresso no Quadro 3.3, são vastas e amplas, as quais devem atingir o maior número de indivíduos e grupos de interesses, provocando uma participação igualitária, e devem ter também tratamentos equânimes, objetivando o desenvolvimento sem priorização de setores específicos ou desequilíbrio de desenvolvimento.

Quadro 3.3. Campos de atividade favoráveis à promoção do desenvolvimento de regiões em crise

Estabilidade estrutural

1. Reforma do governo e a administração pública
2. Fomento da democracia e participação política
3. Estado de direito e garantia de segurança jurídica
4. Respeito aos direitos humanos
5. Descentralização / assessoria para o federalismo
6. Fomento da sociedade civil
7. Meios de comunicação

Promoção da competência transformadora dos grupos sociais e as instituições locais e regionais

8. Transformação de “alianças de guerra” e promoção de “alianças de paz”
9. Fomento de instituições locais e regionais não-estatais
10. Fomento da educação e da juventude
11. Trabalho com a superação do passado e reconciliação
12. Aperfeiçoamento e capacitação
13. Reforma do setor de segurança

Outras atividades específicas

14. Redução da pobreza
 15. Desenvolvimento regional da agricultura
 16. Igualdade de gênero
 17. Saúde e Saneamento básico
 18. Combate à Aids e outras doenças
 19. Proteção do Meio Ambiente pelo fomento do desenvolvimento sustentável
 20. Fortalecimento do mercado, criação de uma economia social de mercado
 21. Disponibilidade de emprego
-

A seguir daremos tratamento específico a cada área de atividade, apresentando explicações sucintas sobre os campos a serem trabalhados pela CD, como descrito no Quadro 3.3.

3.2 ESTABILIDADE ESTRUTURAL

A estabilidade estrutural é um conceito com grande amplitude e, portanto, é difícil reconhecê-lo completo, porém trataremos de conceituá-lo como uma combinação de medidas estruturais dirigidas à superação das causas do baixo crescimento e fortalecimento das capacidades específicas para a solução de problemas de desenvolvimento, englobando condições complexas para uma paz duradoura e estável.

Esse estudo em específico é primordial na discussão de desenvolvimento, já que são as relações existentes nessa estrutura que favorecerão ou não à implementação de soluções construtivas.

O núcleo da estabilidade estrutural está na superação duradoura da fragilidade e instabilidade do Estado e na institucionalidade sócio-político, juntando esforços na legitimação do Estado, vontade construtiva por parte dos líderes políticos, capacidade legislativa suficiente e poder eficaz estatal para a aplicação construtiva das normas. (ROPERS, 2003)

A estrutura da sociedade civil e do Estado deve buscar formas construtivas e não violentas de solucionar interesses divergentes, sejam eles quão agudos forem.

A partir de agora discutiremos separadamente os temas relevantes de estabilidade estrutural, porém tendo em mente que esses tópicos são interdependentes e devem ser tratados simultaneamente.

Reforma do Estado e da administração pública

A histórica discussão liberal quanto à atuação do Estado definiu modelos de desenvolvimento com baixa participação desse ator. Observamos que os países hoje ricos têm uma história de regimes políticos muito diferentes que vão desde relativamente liberais (Taiwan, China e Estados Unidos) até razoavelmente estatizados

(Japão, Suécia). Apesar das diferenças de regime político, todos esses países tiveram em comum a garantia institucional que manteve a estabilidade política e econômica e uma razoável competência do Estado, cumprindo com proteção dos direitos de propriedade e contratos, suficiente fornecimento de bens públicos e limites a predação e corrupção dos governos.

Portanto, hoje já se considera que um dos fatores principais da estabilidade estrutural é o papel do Estado, que joga como um ator primordial para a regulação e a proteção dos direitos do homem, estímulo ao mercado, produção e competitividade e disponibilização de bens e serviços públicos.

A legitimação do Estado é fundamental para o alcance de um contexto de paz, além de ser importante para a relação com outros atores, sejam eles externos ou internos, primordialmente no que tange à cooperação para o desenvolvimento. Muitas vezes os atores externos envolvidos em políticas de desenvolvimento acabam assumindo papéis do Estado, nesse ponto deve haver um foco na reestruturação e capacitação do serviço público do país e fomento de sua autonomia, desenvolvendo a sustentabilidade das instituições estatais.

O tema da “boa governança” (“good governance”) tem papel importante no atual debate quanto ao papel do Estado e da sua reforma. Este conceito inclui capacidades e mecanismos do governo para encontrar soluções para os problemas da sociedade relacionados com a repartição de recursos, os meios de vida, os direitos e as responsabilidades. Está baseado tanto na questão da estabilidade estrutural (por exemplo, direitos humanos, participação política e estado de direito) como em temas fundamentais da eficiência estatal (política tributária, gastos públicos e luta contra a corrupção). (ROPERS, 2003: 58)

Concluimos que, para que papel do Estado seja bem executado, o mesmo deve estar bem alimentado de:

- Instituições fortes e eficientes, bem distribuídas quanto às funções e controle, não excludentes a setores e/ou regiões, com processos de decisão transparentes e eqüitativos;
- Pessoal capacitado para exercer as suas funções e poder ser interlocutor dos vários seguimentos da sociedade, preparado para estimular a

participação democrática e enfrentar os desafios advindos da política participativa.

Fomento da democracia e participação política

O sistema democrático e a participação política equitativa jogam papéis cruciais nas decisões de políticas de desenvolvimento. Este requisito é determinante na eficiência dessas políticas e deve ser tratado de forma prioritária por todos os projetos de cooperação para o desenvolvimento, pois “el acceso y la participación equitativa de los grupos poblacionales en los procesos de toma de decisiones y de negociación forman un requisito para una solución duradera de los conflictos y para el potencial de paz de una sociedad.” (ROPERS, 2003: 57)

As sociedades em desenvolvimento têm uma estrutura social formada por uma combinação de hábitos tradicionais, com freqüência autoritários, e uma série de mecanismos com normas confusas que regem as relações econômicas, sociais e políticas. A carência econômica histórica dos indivíduos produz um espírito de “salvar o próprio” do qual as elites perdem o espírito de solidariedade e agrava a situação da distribuição de renda desigual.

É muito difícil integrar a crescente participação pluralista de modo pacífico. Portanto, é fundamental dispor de pessoal capacitado, tanto no Estado como na sociedade civil, para um bom seguimento do processo de pacificação e de implementação de projetos de desenvolvimento participativos.

O incremento de políticas de desenvolvimento não é a mera transferência de modelos de ações de outras regiões, mas deve haver um estudo específico da realidade da região a que serão aplicadas, ou senão poderão incorrer em um agravamento da crise.

A participação dos grupos populares deve ser não somente no nível nacional, mas em todos os níveis decisórios. Deve haver a promoção de grupos de pressão como grêmios, associações e outras organizações do terceiro setor em todos os níveis políticos pois, além de poderem ser parceiros para o desenvolvimento, teriam mais contato com a realidade e às necessidades da região. Só se alcança essa aproximação

para parcerias se forem diminuídas as brechas entre as instituições estatais e o contexto tradicional a que estão inseridos os povos da região.

É notável que as ações de cooperação para o desenvolvimento têm foco nos membros mais vulneráveis de uma sociedade, porém, para uma análise integral da crise, devem ser observadas todas as partes envolvidas no conflito e os afetados por ele:

- Atores políticos e militares que intervêm nas ações de um conflito contencioso e violento;
- Aqueles que são vistos pelos líderes como grupo destinatário de mobilização política, quer dizer, que são recrutados como soldados ou combatentes (por exemplo, os jovens desempregados)
- Os representantes moderados das partes em conflito, assim como outros atores “semi”-parciais ou imparciais na região em crise;
- Todos aqueles que tentam escapar de um conflito contencioso ou violento;
- Aqueles que se vêm diretamente afetados pela violência, como os deslocados ou refugiados, as pessoas traumatizadas ou os (ex)combatentes, que muitas vezes são vítimas e vitimários ao mesmo tempo.

É com essa visão abrangente, na busca de maximização da participação, que projetos de desenvolvimento podem se tornar mais eficazes e tendentes a maior sucesso.

Estado de direito e garantia de segurança jurídica

Um sistema legal que garanta a segurança política é elemento chave para estabilidade estrutural. É necessário um sistema regulador eficiente e independente para a promoção pacífica de interesses contrários, com um poder judicial que mereça a confiança da população.

Muitos profissionais e acadêmicos capacitados da região não se engajam na solução de problemas por se sentirem inseguros com o poder judicial, considerando-o incapaz de defender seus direitos e de punir os infratores. É por isso que muitas

pessoas capacitadas saem da região em busca de melhores condições, tanto econômicas como jurídicas, e não retornam ao país de origem por desconfiança à eficiência dessas instituições. Portanto, a busca de uma reestruturação legal é parte integrante do fomento do desenvolvimento em todos os seus aspectos.

Em muitas sociedades o direito de posse é a base da discórdia. A defesa do direito de propriedade, entre elas a de terras rurais, é fundamental para a promoção de investimento em desenvolvimento de qualquer região.

O processo de reconstrução dos sistemas legais pode ser gerador de discrepâncias, porquanto essa ação sua reconstrução deve estar enraizada na cultura da região e de modo participativo.

Respeito aos direitos humanos

Existe uma grande discussão sobre direitos humanos no âmbito das negociações internacionais, forçando a que sua aplicação em âmbito nacional evolua, especialmente com instituições como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, além de outros tribunais e organismos internacionais que têm participação em importantes fatos históricos de violação dos direitos humanos, como os casos da ex-Iugoslávia e Ruanda.

Apesar da luta na promoção dos direitos humanos, sua ação em âmbito interno é muito limitada, porém a sua proteção é direito de qualquer indivíduo, e é dever dos Estados cumprí-lo:

La protección de los derechos humanos y civiles fundamentales es un prerrequisito para un orden social pacífico, estable y justo. Además, es una condición para que los individuos y los grupos encuentren la posibilidad de defender sus intereses sin temor, y de asumir el compromiso de una transformación pacífica. (ROPERS, 2003: 57)

A promoção dos direitos humanos toma vários enfoques e deve seguir uma estratégia coerente com a realidade local e as condições de implementação.

Descentralização / assessoria para o federalismo

O processo de descentralização pode acarretar boa contribuição para a estabilidade estrutural. O fato de transferir competências, responsabilidades, e até mesmo pessoal e fundos do nível nacional ao regional e local favorece ao surgimento de oportunidades de participação dentro das divisões e da sociedade, além de favorecer no controle de contas públicas e redução de disparidades, como a distribuição de recursos.

Essas ações criam melhores condições na busca de soluções construtivas dos conflitos, possibilitando a criação de uma estrutura estatal mais eficiente e enraizada em questões específicas locais com modelos de autonomia, divisão de poder e delegação.

Entretanto, esse processo de descentralização pode trazer conseqüências problemáticas, como a utilização dele por parte dos governos como forma de aumentar o poder de controle e de repressão através de procedimento descentralizado. Essa política também pode levar a que antigos grupos locais de poder a utilizem como forma de reconquista e restabelecimento de hierarquias tradicionais. Para uma melhor implementação de políticas descentralizadas é necessário estar atento a estes perigos.

Como parte da solução de problemas de descentralização, quando há a presença de grupos separatistas na região, podem ser usadas reformas constitucionais que desenvolvam um modelo de integração ao Estado que respeite sua identidade. Quanto mais cedo forem implementadas essas ações, maior efeito preventivo de conflito terá.

Fomento da sociedade civil

A sociedade civil é o setor intermediário entre a sociedade e o Estado, sendo também intermédio entre a esfera privada, o Estado e o mercado. Estando entre estes setores ela tem potencial capacidade de interferir em grande medida nos destinos políticos, especialmente por ocupar espaço independente do Estado, com redes sociais

próprias. Portanto, é hábil em ter um compromisso mais enraizado com o cidadão e tem a capacidade de defender publicamente os mais necessitados.

Políticas de fortalecimento da capacidade e vontade para a ação de todos os grupos da sociedade que se beneficiam com uma solução pacífica e se veriam prejudicados com os conflitos violentos são favoráveis à criação de uma “barreira de contenção social” ao surgimento de conflitos oriundos de características individuais, étnicas e religiosas.

Paralelamente devem-se capacitar os órgãos estatais para lidar com a crescente complexidade e maiores exigências de participação. O papel do Estado é fundamental para a promoção da sociedade civil e sua participação no processo decisório. Porém deve-se ter cuidado com o perigo do crescimento unilateral da sociedade civil e sua possível degradação do Estado que, apesar da evolução histórica das complexidades das competências frente às necessidades da população e sua obrigatoriedade de estender parte dessas competências a outros atores, as instituições estatais ainda exercem papel fundamental na regulação de boa parte da vida social, especialmente a de segurança, assim como a provisão de serviços públicos como saúde e saneamento básico.

Às vezes a realidade local é muito peculiar, portanto as Organizações Não-Governamentais (ONG) financiadas com recursos externos devem ter consciência do contexto da região de forma integral e seguir uma coordenação política com outros atores de políticas de desenvolvimento. Da mesma forma, não se objetiva criar uma sociedade civil local que, auto-suficiente pelos financiamentos estrangeiros, apresentem uma cultura estática e não condizentes com as necessidades reais locais.

Meios de comunicação

Os meios de comunicação podem possibilitar implementações construtivas das idéias de desenvolvimento e paz, especialmente em regiões conflitantes, pois podem exercer o papel de reconstrutores de uma nova percepção e interpretação das relações entre os diferentes grupos e de uma cultura baseada em atividades voltadas para o desenvolvimento pacífico.

Além disso, a mídia independente, com liberdade e pluralista, pode exercer papel importante no controle do governo e de outros atores, possibilitando diálogo eqüitativo entre os vários interesses.

Apesar de ainda não termos visto o seu usado em todo o seu potencial, os meios de comunicação podem contribuir de muitas maneiras no entendimento entre as partes em situações de crise, sendo importante fomentar o respeito à divulgação eqüitativa, correta e completa da informação.

As ações frente à questão dos meios de comunicação em situações de crise podem ser:

Ações com os Meios de Comunicação	Enfoques das ações
<ul style="list-style-type: none"> • Liberalização e descentralização das estruturas de mídia, bem como a independência dos meios com o aparato de segurança do Estado • Capacitação e aperfeiçoamento dos jornalistas voltado à instalação da paz e o desenvolvimento • Organização de fóruns voltados ao debate do papel da mídia • Desenvolvimento de um código de conduta para o trabalho jornalístico em situações de conflito • Fomento de meios de comunicação voltados à promoção da paz 	<ul style="list-style-type: none"> • Ligação com a própria tradição cultural • Consideração dos idiomas dos grupos destinatários • Cooperação com o povo local • Cooperação com os meios locais • Fortalecimento dos meios participativos • Conexão com o trabalho social e com a juventude • Medidas de capacitação através de métodos de educação social

3.3 PROMOÇÃO DA COMPETÊNCIA TRANSFORMADORA DOS GRUPOS SOCIAIS E AS INSTITUIÇÕES LOCAIS E REGIONAIS

As ações de estabilidade estrutural e legitimação do Estado – pela política de “boa governança” – em favor do desenvolvimento e da estabilidade pacífica da região requerem uma complementação com a promoção de grupos sociais e instituições locais e regionais que trabalhem em prol das atividades de desenvolvimento e busca da paz.

Dentre as principais atividades deste campo estão a promoção de “alianças de paz”, instituições não-estatais, educação e juventude, superação do passado, traumas e reconciliação, aperfeiçoamento e capacitação e meios de comunicação.

Transformação de “alianças de guerra” e promoção de “alianças de paz”

Uma atividade essencial na promoção de grupos sociais é o fomento de “alianças de paz”. Essas alianças são redes de atores que participam ativamente na busca de soluções não violentas, tomam em conta os interesses dos variados grupos envolvidos e se unem objetivando o fortalecimento um do outro.

Essas alianças positivas não deveriam englobar somente a sociedade civil, mas também instituições estatais. A cooperação com outros atores externos também deve estar focada para o fomento e estabelecimento de “aliança para a paz”. Um dos objetivos dessas alianças é a preparação e capacitação de grupos para lidar de forma pacífica com os conflitos, pois em geral existe uma falta de capacidade de enfrentar pacificamente conflitos, problema oriundo especialmente da prolongação das crises.

O fomento de “alianças para a paz” é uma forma de combater de forma sustentável as “alianças de guerra”. Essas últimas alianças estão conceituadas como redes de pessoas, grupos ou instituições que se beneficiam dos conflitos armados. Essas intervenções vão se formando de acordo com o seguimento dos conflitos e, quanto mais tempo leva o conflito, mais fortes são estas alianças e mais difícil é combatê-los.

Os produtores e traficantes de armas, dirigentes de milícias e agentes de segurança, às vezes incluídos militares e extremistas políticos e todos os beneficiários de repartições de terras, capital e posições políticas compõem estas “alianças de guerra”. Estes grupos são, algumas vezes, cortejados pelos líderes políticos, que os recrutam como combatentes e/ou os oferecem postos altos nos governos. Essa possibilidade de acesso é um estímulo a que a população sem emprego ou família se introduza na delinqüência.

Um dos pontos a ser trabalhado em projetos é o apoio a grupos de reais e potenciais combatentes, propondo modos de vida que os possibilitem renunciar a estas maneiras de sustentar a vida.

Quanto mais duradouro é o conflito, mais forte se torna o mercado e a cultura da violência. Surge um processo de subsistência baseado em “alianças de guerra” que acaba tendo relevância na economia de alguns países, especialmente em certos momentos de transição e desenvolvimento. Essa situação se agrava quando a violência se torna cotidiana. A banalização dificulta o combate a relações conflitantes e os exercícios que se desenvolvem por trás, como contrabandos, furtos, tráfico, chantagens por dinheiro, que acabam por tornarem-se normais também.

A capacitação de “alianças de paz” é uma das principais ações no combate, de forma sustentável, às “alianças de guerra” e seus rastros na sociedade. Busca-se identificar grupos potenciais dentro da sociedade e apoiá-los cautelosamente com capacitação, recursos e extensão de faculdades (“empowerment”), objetivando aumentar suas influências e assegurar sustentavelmente a paz. Muitas vezes não é fácil identificar potencialidades internas, especialmente em casos de conflitos prolongados, mas “la experiencia muestra que estos potenciales siempre existen, aunque su alcance sea modesto” (ROPERS, 2003: 61).

Fomento de instituições locais e regionais não-estatais

Além da busca de fortalecimento dos indivíduos envolvidos no conflito no fomento do desenvolvimento pacífico, deve-se agir no fomento de instituições locais e

regionais e mecanismos que promovam ações em direção a soluções pacíficas do confronto de interesses.

As ações de capacitação institucional devem ocorrer em todos os níveis: local (pessoas envolvidas diretamente); intra-estatal (governos regionais e locais); nacional e inter-estatal ou supranacional. Essas ações envolvem o desenvolvimento de regras de conduta que regem as relações entre os cidadãos e estes com o governo, com importância ao estado de direito para a normalização das ações dos homens e da estabilidade institucional.

As políticas de reformulação das instituições nos vários níveis são mais bem exercidas com a coordenação e integração em rede de forma vertical (hierárquica e simultânea nos vários níveis) e horizontal (participação equânime dos atores comprometidos na prevenção de crises), possibilitando uma participação mais organizada e, por conseguinte, mais forte e ideologicamente coerente na vida política do país.

Fomento da educação e da juventude

A formatação dos processos educativos e da juventude é fundamental para a estabilidade sustentável de uma sociedade. O investimento nestas categorias é o cultivo para o futuro e a ocupação para o presente:

La juventud y la educación son pilares fundamentales de una sociedad, y constituyen una inversión para su futuro. Los jóvenes son una fuerza vital que impulsa los acontecimientos venideros, y la educación es el motor del desarrollo personal y de la transformación de la sociedad. Este principio de la Cooperación al Desarrollo se aplica en mayor medida en los países donde casi la mitad de la población está por debajo de los dieciséis años. La situación de niños y jóvenes asume aquí la función de un sismógrafo del desarrollo de la sociedad. La educación se convierte en un factor clave para la participación activa en el proceso de desarrollo. (ROPERS, 2003: 73)

A UNESCO é a importante instituição internacional que trabalha com educação e juventude, desenvolve métodos pedagógicos para a promoção de temas como democracia, direitos humanos e tem projetos para o novo milênio como o “Aprender

para viver juntos” e o “Aprender para a vida” (“Learning to live together” e “Learning for your life”).

A educação deve ser cultivada no seio da convivência pacífica, estimulando o contato entre os jovens, quando assim for possível, e promovendo novas soluções e mentes ativas em preparação para novos desafios. É importante um trabalho pedagógico dirigido para a paz específico para os jovens de regiões afetadas.

Dentre as ações sobre o tema de educação e juventude podem ser citadas:

- Criar um sistema de educação integrado que respeite as diferenças;
- Desenvolver materiais didáticos e revisar seus conteúdos;
- Trabalhar temas referentes a conflitos em programas de ensino;
- Fomentar estruturas participativas de ensino;
- Dar suporte especial a jovens em condições especiais frente às crises, como crianças de rua, refugiados e traumatizados de guerra;
- Promover a capacidade criativa, inovadora e motivadora dos jovens, como esforços recreativos e integradores, fomentando também uma imunização aos “mercados e culturas de violência” pela ocupação;
- Integrar as ações em trabalhos comunitários;
- Capacitar o corpo docente e o pessoal pedagógico.

Além dessas atividades, o intercâmbio com outros países possibilita trocas de experiências e informações, especialmente quanto a nível regional onde as realidades podem ser mais próximas, e possibilita uma sensibilização nas relações Norte-Sul quando o intercâmbio é com países desenvolvidos.

Trabalho com a superação do passado e reconciliação

O trabalho de superação do passado e busca de reconciliação, além do tratamento de traumas causados por conflitos, são tópicos a serem executados para a sustentabilidade do desenvolvimento pela paz de forma sustentável, mais enraizada e sólida.

Esse trabalho envolve a cura de feridas do passado e motivos de discórdia, a busca de soluções a curto e longo prazo, tratamento terapêutico aos traumatizados da guerra e esclarecimento judicial dos delitos cometidos.

Todo tipo de ação pela paz em regiões de conflito tem como ambiente o campo de tensão, o qual as organizações participantes terão que trabalhar suas políticas de forma a evitar a aparição de novas atitudes de violência.

Esse campo de tensão deve ser avaliado objetivando identificar as possíveis necessidades para evitar um confronto direto, podendo ser necessário até mesmo um processo de separação espacial transitória dos grupos como ações de curto prazo. O diálogo, encontros e cooperação entre as partes são os melhores caminhos na busca de soluções sustentáveis à crise. O mercado pode ser peça chave no fomento de formas de troca e interdependência entre os atores envolvidos no problema.

A superação de traumas é pré-requisito quando se trabalham com os conceitos de sustentabilidade e participação. O trauma pode trazer conseqüências aos indivíduos como desconfiança, insegurança e depressão, deixando-os impotentes a ações voltados ao futuro.

Portanto, quando se almeja que a ajuda internacional transpasse políticas de mera sobrevivência, deve-se trabalhar a superação dos traumas nos níveis pessoal e coletivo, pois o conflito cria uma falta de capacidade de enfrentar o cotidiano, devido à intensidade de violência e perda aos quais passam os indivíduos. Observemos que nesses casos estão não somente os locais, mas o pessoal de organismos internacionais que trabalham nessas regiões e está sujeito a estas condições.

Devem ser conhecidos os acontecimentos históricos que causaram os traumas e os contextos nos quais se inserem os indivíduos para um real tratamento. Inserir a questão na realidade local não é fácil e requer tempo, sendo um trabalho de longo prazo.

As ações de superação de traumas podem envolver:

- Criação de centros de encontro e informação: proporciona a oportunidade de intercâmbio de experiências traumáticas, lidando com problemas mais imediatos das pessoas;

- Terapias grupais e individuais: na dificuldade de identificar e tratar todos os indivíduos traumatizados, procuram-se desenvolver grupos de conversação que, além de proporcionar de intercâmbio de experiências, facilita a identificação de indivíduos que precisam de tratamento individual;
- Aperfeiçoamento e supervisão de pessoal local: apesar de muitas vezes ser necessário a utilização de pessoal de outros países especializados em traumas, a capacitação de pessoal local é primordial para a ação a longo prazo.

O trabalho de reconciliação social tem como foco criar condições para que as pessoas afetadas se encorajem a agir em prol desse resultado no âmbito mais amplo de superação do passado, especialmente os afetados reconciliando com os agressores, já que a falta dessa consciência pacífica pode acarretar um novo processo de violência. Nem pelo Estado, nem pela Cooperação para o Desenvolvimento pode implementar a reconciliação, mas são os próprios afetados que devem agir. Apesar do assessoramento por parte do Estado e da CD, são somente os próprios afetados que devem agir pela reconciliação.

Um dos focos principais de ação para que haja maior vontade na reconciliação é pela busca de justiça com o julgamento de delitos e infrações ocorridos no passado, sanção dos culpados e compensação das vítimas (restituição de propriedade e terras, reabilitação de vítimas de injustiças etc). Citamos aqui instituições como as Comissões da verdade e reconciliação que exercem esse papel. É importante destacar que a busca de injustiças só deve ocorrer quando já se tenha alcançado certa estabilidade na região, em que o estado de direito seja respeitado.

Os principais temas a serem trabalhados em Cooperação para o Desenvolvimento quanto a questão da reconciliação são:

- A assessoria em aspectos jurídicos e administrativos para a superação de injustiças do passado: com o colapso do sistema judicial no conflito, se busca-se ajudar nas atividades judiciais;
- Apoio às Comissões de verdade e reconciliação: ações para a promoção das estruturas e instituições, objetivando transparência e esclarecimento do passado e superação dos conflitos.

- Apoio a procedimentos penais de injustiças passadas e fomento de instituições alternativas de conciliação: muitas vezes o sistema judicial está precário, portanto buscam-se instituições alternativas que auxiliem nos trabalhos, tendo cuidado com ações unilaterais e mal uso dessa política;
- Apoio de defensores do povo e medidas para a integração e controle da polícia e das forças armadas dentro da sociedade civil: fomento de políticas de aproximação e integração de poderes de força (polícia, forças armadas, ex-combatentes) com a sociedade civil, e a promoção de defensores de direitos do povo.

Percebe-se, portanto, que as políticas de superação do passado e reconciliação, incluído o tratamento de traumatizados, são processos largos e difíceis, que podem durar várias gerações, sendo flexíveis para que cada uma dessas gerações determine os próprios caminhos para lidar com o passado.

Aperfeiçoamento e capacitação

O trabalho em regiões de crise é, em grande parte, estressante, onde os profissionais devem estar preparados para enfrentar problemas de forma rápida, imediata e agir sob pressão, tendo não somente a qualificação, mas também adequado preparo psicológico.

A motivação, qualificação e capacitação são fatores muito importantes para enfrentar os desafios e decepções do trabalho nessas regiões e para promover a sustentabilidade das alianças de paz, principais vínculos dessa atividade.

Essas ações incluem não somente aqueles que são intermediários das partes, mas também aqueles que estão dentro das facções, pois são esses que, defendendo seus interesses, promoverão a busca de soluções. Evita-se, com essa ação, que alguma das partes renuncie às negociações decepcionada.

É por isso que o pessoal que está envolvido na Cooperação para o Desenvolvimento dessas regiões, incluído tanto pessoal estrangeiro como local, devem ter boa preparação, passando por capacitação adequada e tendo apoio constante

quanto ao seu trabalho, objetivando aumentar a competência em situações de crise e conflito. Cursos de especialização nas áreas de atuação, bem como uma preparação quanto aos temas específicos da região, são importantes para o bom andamento dos trabalhos.

As pessoas devem refletir constantemente sobre suas atividades e experiências em sessões de supervisão e assessoria, eventos que analisariam a estabilidade na motivação dos funcionários e fortaleceriam o trabalho em equipe e a competência de enfrentar as situações extremas.

É importante tratar do desenvolvimento dos recursos humanos, não somente dos que atuam diretamente nas regiões afetadas e do pessoal local, mas também na origem da gestão responsável, como os países doadores. Assim as decisões e ações burocráticas podem fluir com maior rapidez e coerência com a realidade.

Podemos então dividir a capacitação de pessoal em duas partes:

- Capacitação de habilidades: preparar os indivíduos para o enfrentamento dos problemas, desenvolver técnicas de negociação, mediação, reconciliação e procedimentos de gestão de conflitos,
- Apoio contínuo e supervisão: manutenção e profissionalização, assessoria e supervisão para melhorar as qualificações profissionais e qualidade do trabalho, criação de redes de intercâmbio de experiências que possibilitem reflexão das atividades com êxito e fracasso, suas estratégias, decepções e frustrações e como evitá-los.

Reforma do setor de segurança

É um sério problema quando as instituições estatais de segurança não alcançam cumprir sua missão de garantir a segurança, especialmente quando elas se convertem em ameaça a própria população corrompidas por corrupção e violações dos direitos humanos. Os problemas nesse setor podem condenar ao fracasso a implementação de políticas para o fomento da “boa governança” (“good governance”), do estado de direito e da democracia.

As ações podem englobar os seguintes níveis:

- Político: Apoio dos poderes executivo e legislativo às decisões e controle;
- Econômico e jurídico: Assessoria ao planejamento e alocação eficiente de recursos para o setor, tendo em conta a situação do país e da população;
- Social: estímulo à participação da sociedade civil no controle, fiscalização e estudo de política militar e segurança, promovendo a descentralização do setor, além de promover medidas de limitação de distribuição de armas;
- Institucional: Profissionalização das unidades armadas, criação de códigos de conduta e implementação, ações dirigidas a garantir o respeito aos direitos humanos.

Políticas de segurança devem vir em paralelo às outras atividades de desenvolvimento no contexto de regiões com crise de conflito e, seja local ou oriunda de Operações de paz, não deve ser violenta. A pessoa deve se sentir segura e não oprimida, senão estará vetando o crescimento pessoal do indivíduo.

Portanto, não há como ter desenvolvimento sem segurança e o diálogo com as partes deve ser constante para a busca de soluções consensuais e não violentas.

3.4 OUTRAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Além das atividades acima descritas, existem outros campos de ação que têm tratamento especial nas políticas de desenvolvimento, como a redução da pobreza, desenvolvimento da agricultura, saúde e saneamento básico, combate à Aids e outras doenças, desenvolvimento sustentável, fortalecimento do mercado e disponibilidade de emprego. Esses temas devem ser tratados juntamente com as atividades de promoção da estabilidade estrutural e de instituições não estatais.

Redução da pobreza

Os conceitos de redução de pobreza e desenvolvimento, como já vimos no cap. 1, nem sempre foram os mesmos. A evolução dos objetivos de desenvolvimento e de assistência ao desenvolvimento passa a ter, a partir da década 90, um foco maior na redução da pobreza e nas visões micro, diferentes das visões macroeconômicas levadas em décadas anteriores. O desenvolvimento micro se detém na idéia de que podem haver instituições que surjam de microníveis capazes de enfrentar novos desafios. Já a redução da pobreza evoluiu no sentido de, não mais ter abordagem limitada às necessidades básicas dos indivíduos, mas se tornar abrangente na medida em que trata as pessoas de baixa renda como sem as liberdades fundamentais para levar a vida que valorizam e, portanto, impotentes para influenciar decisões-chave que afetam suas vidas.

A persistência e magnitude da pobreza em massa no mundo têm motivado a que líderes mundiais se reunissem com o objetivo de definir metas de redução de pobreza até 2015, metas estas apresentadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Um dos principais objetivos da Cooperação para o Desenvolvimento é a de solucionar problemas que acarretam a falta de recursos mínimos para sobrevivência ou pobreza absoluta, acarretando vários problemas estruturais:

A privação de liberdade econômica, na forma de pobreza extrema, pode tornar a pessoa uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade [...] a privação econômica pode gerar privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica (SEN, 2000: 23).

A modernização, quando os recursos são divididos com extrema desigualdade, cria maiores condições para o conflito, tendo poucos com muito e muitos lutando pela sobrevivência, situação agravada quando não há instituições capazes de promover um equilíbrio entre os grupos de interesse.

Desenvolvimento regional da agricultura

Uma das opções de combate à pobreza e a fome é o desenvolvimento da agricultura, respondendo a questões como nutrição, sustentabilidade, participação e desigualdade. O fato de ser regional é o que possibilita troca de experiências entre aqueles que estariam em um mesmo contexto e poderiam buscar estratégias de desenvolvimento setorial e técnico mais condizentes com a realidade da região, assessorados por pessoal estrangeiro que auxiliaria nas relações e nas políticas a serem implementadas.

Essas estratégias estariam focadas em 3 fundamentos:

- Identificação de novas e/ou melhores oportunidades;
- Capacitação de instituições de serviços;
- Capacitação de pessoas, especialmente as de menores condições econômicas.

Essas políticas devem estar prioritariamente centradas no indivíduo das regiões rurais onde as condições de pobreza e extrema vulnerabilidade são predominantes, e se beneficiariam dos recursos, serviços e capacitação.

Igualdade de gênero

O enfoque em gênero (“gender mainstreaming”) tem função chave na análise das crises e de possíveis políticas a serem levadas a cabo na Cooperação para o Desenvolvimento. Os papéis do homem e da mulher na vida social e na transformação da crise devem ser observados e trabalhados como objetivos fim e/ou complementares dos projetos de desenvolvimento. Essa atividade não deve ser confundida com a perspectiva específica da mulher, mas uma perspectiva geral da relação entre homens e mulher em relação à vida social.

Além de que a observação das participações por gênero auxilia na análise mais precisa das relações estruturais, a igualdade de gênero é requisito primordial para a justiça social. Em geral existem, de forma acentuada, disparidades de gênero na participação nas estruturas de poder e governo. Essas situações podem ser agravadas

se os projetos de desenvolvimento negligenciarem a questão de gênero ou qualquer outro tipo de discriminação ou exclusão. Deve-se tomar em conta que as mulheres estão tomando cada vez mais envolvimento nas questões de conflito, tanto como combatentes, como em organismos internacionais ou no terceiro setor.

Saúde e Saneamento Básico

As questões de saúde e saneamento básico estão fortemente ligados quando se percebe que a carência de saneamento torna o indivíduo mais propício a novas doenças, auxilia na proliferação de animais transmissores e dificulta o controle da disseminação de novas doenças.

A redução da mortalidade infantil é tema tratado com prioridade nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, almejando a diminuição em dois terços entre 1990 e 2015. Porém, baseando-se em dados históricos, é considerado pouco provável que essa meta seja alcançada em regiões como o sul da Ásia e a África Subsaariana, onde os indicativos de mortalidade infantil são muito altos. Nesses casos, o alcance da meta seria considerado como um grande sucesso de desenvolvimento.

Combate à Aids e outras doenças

Nos fins do ano 2000 havia mais 36 milhões de pessoas com o vírus do HIV no mundo. A cada minuto seis jovens com menos de 25 anos se infectam pela primeira vez. Noventa por cento desse total vive em países em desenvolvimento, dois terços na África Sub-Saariana.

O grande desenvolvimento do vírus tem forçado atores internacionais a se unirem no combate a essa epidemia que se alastra de forma dramática e se torna um dos mais importantes obstáculos ao desenvolvimento. A Aids é considerada um dos maiores fatores promovedores da pobreza, perdendo somente para os conflitos armados.

As medidas que são tomadas têm por objetivo o controle da proliferação do vírus e suporte médico, psico-social e ao impacto econômico. As ações tentam trabalhar com as causas estruturais do problema:

- Causas culturais e sociais: tabus quanto à sexualidade, comportamentos sexuais de alto-risco baseados em aspectos culturais, resistência religiosa e cultural quanto a educação sexual e uso de camisinha, marginalização dos contaminados e do problema, falta de acesso a informação;
- Causas quanto aos cuidados com a saúde: acesso a camisinha e a teste de HIV que poderiam possibilitar a identificação e tratamento mais cedo, além de possibilitar medidas preventivas;
- Causas políticas e econômicas: carência de recursos, falta de organização, infraestrutura e instituições eficazes.

Os efeitos da epidemia da Aids produzem pobreza, e pobreza acarreta falta de recursos e comportamentos de alto-risco de contaminação, que acabam por culminar em mais infecções e doentes.

Proteção do Meio Ambiente pelo fomento do Desenvolvimento Sustentável

A idéia não é somente desenvolver as regiões afetadas, mas criar condições para que esse progresso proteja os recursos naturais para o futuro, não diminuindo as bases de sobrevivência das gerações futuras pela falta de recursos ambientais. Além disso, o crescimento da exploração de recursos naturais, a perda de terrenos agrícolas por ações predatórias ao solo, o deslocamento de povos indígenas por desflorestamento, contaminação e escassez de recursos de água, poluição do ar e emissão de gases causadores do efeito estufa, são alguns dos fatores naturais que favorecem para o agravamento de conflitos.

Os esforços de desenvolvimento sustentável têm como base alcançar o equilíbrio dos pilares social, econômico e ecológico, tendo o fator político como pano de fundo.

Porém as condições de tratamento à questão são drásticas e demonstram ser difíceis de serem tratadas, especialmente decorrente da complexidade dos fatores que envolve. São problemas que não podem ser tratadas em períodos governamentais,

nem na duração de projetos convencionais. Além disso, por se desenvolverem lentamente, a opinião pública geralmente as ignora e as vítimas mais afetadas são geralmente pobres e não têm poder garantido de participação e decisão.

Agências de cooperação, especialmente de países desenvolvidos, bem como organismos internacionais, têm se voltado fortemente para políticas ambientais em países com vasta biodiversidade como o Brasil.

Fortalecimento do mercado, criação de uma economia social de mercado

Uma rápida recuperação implica um investimento privado intenso tanto de origem nacional como estrangeira, promovendo um desenvolvimento sustentado e estimulando a eficiência do mercado nacional, o que poderia levar a bons resultados quanto a disponibilidade de emprego, responsabilidade social das empresas, desenvolvimento da agricultura e laços mais participativos entre as regiões internas e com outros países.

Para que haja incentivo ao investimento privado, o Estado deve promover estabilidade macro-econômica e respeito aos direitos de propriedade. Portanto, para que haja um crescimento rápido é necessário que os mercados e o Estado se complementem. Dessa forma, as instituições estatais devem atuar nas seguintes áreas:

- Garantir que o ambiente de investimento seja propício ao crescimento: prover direitos de propriedade e contratos, estabilidade macroeconômica, bens e serviços públicos.
- Os governos precisam investir nas pessoas e empoderá-las: fornecer meios de saúde, educação, proteção social e incentivos de voz e participação., A exclusão significa desperdício de recursos potencialmente produtivos e gera conflito social.

Salienta-se que o mercado é um dos principais fatores determinantes do desenvolvimento e deve prover um aumento de liberdades econômicas aos indivíduos pela igualdade na distribuição de renda.

Percebemos que, para que haja desenvolvimento sólido, é necessário que o Estado auxilie no funcionamento correto dos mercados e regule os hiatos deixados por eles.

Disponibilidade de emprego

A busca de ocupação e de uma forma de obter recursos próprios é um dos principais desejos das populações em regiões em crise e de pós-conflito. Portanto, desenvolvimento de setores para a implementação de empregos é uma das lutas dentro de ações pela paz.

A disposição de vagas de emprego é fator promovedor da estabilidade e do crescimento econômico, além de criar um contraposto à busca de postos em “alianças de guerra” pela ocupação de público potencialmente sensível. Inversamente, “entre seus múltiplos efeitos, o desemprego contribui para a “exclusão social” de alguns grupos e acarreta a perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica” (SEN, 2000: 35-36).

A participação popular na limpeza pública do Haiti auxiliou nas políticas de ocupação, em uma região de alta densidade demográfica e onde não há saneamento básico e sistema de limpeza pública. Nesse caso, a política de transferência de tecnologia para a limpeza das ruas poderia promover uma ineficiência em políticas de ocupação da população.

A promoção de ações populares, como movimentos de bairro, podem ser viáveis para o surgimento de necessidades pontuais daquela comunidade e divisão de tarefas mais democrática e participativa.

CONCLUSÃO

A evolução dos conceitos de desenvolvimento e os campos de atividade da Cooperação para o Desenvolvimento tem ocorrido com certa rapidez, talvez com a mesma velocidade com que evoluem as tecnologias na atualidade.

Porém a participação nos resultados é crescentemente desigual. A modernidade, apesar de favorecer a produções eficientes e modelos de democracia, tem aprofundado a disparidades na distribuição de renda e desenvolvido diferenças nas capacidades de participação política decorrentes da privação de oportunidades econômicas e garantias de segurança. Além disso, a prática na implementação dos ideais de desenvolvimento tem sido dificultada, muitas vezes, pelas lutas de interesses em todos os níveis internacional, nacional e local.

A teoria das relações internacionais tenta analisar como evoluem essas relações entre os atores internacionais, a presença de novos atores e temas e como ocorrem as relações de poder que acarretam certos tipos de privação em cada período. Dessa forma, procuramos explicações que possibilitem criar condições de combater essas limitações.

A Cooperação para o Desenvolvimento surge como importante atividade na reconstrução de regiões que sofreram ou sofrem com limitações de capacidade de transformação decorrentes de perdas materiais e humanas. Atualmente a cooperação é marcada por mudanças nas condições que vão perdendo o valor hierárquico de poder. As organizações internacionais exercem papel chave nos progressos das relações internacionais no momento que, valorizando o multilateralismo, permitem uma participação mais equânime dos atores internacionais nas decisões.

Apesar do empenho, ainda existe marginalização de certas regiões do mundo que não têm condições de prover as necessidades mínimas ao povo, principalmente quando afetadas por relações de poder destrutivas – conflitos ou crises políticas – ou efeitos naturais catastróficos. Essas situações acarretando perdas materiais e humanas conquistadas em décadas de esforços ao progresso e destroem capacidades individuais e coletivas de desenvolvimento.

A estabilidade estrutural e a promoção de competências transformadoras são passos significativos para o desenvolvimento dessas regiões e, portanto, temas de cooperação internacional para o desenvolvimento. A esses temas estão vinculadas ações nas áreas de administração pública, participação democrática, estado de direito, direitos humanos, descentralização, fomento da sociedade civil, meios de comunicação, “alianças de paz”, educação e juventude, capacitação, segurança, pobreza, igualdade de gênero, saúde e saneamento básico, combate a Aids, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento da agricultura, emprego e fortalecimento das relações de mercado.

Apesar dos temas terem sido apresentados nos contextos de crises, percebemos que muitos deles são aplicáveis a praticamente todos os países em desenvolvimento, já que muitas das liberdades fundamentais do indivíduo não são protegidas pelos Estados.

Os Estados têm crescentes limitações de atuação oriundas da crescente complexidade de valores, é decorrente disso que provém a necessidade de cooperação e ajuda externa para a provisão das necessidades básicas da sociedade. Da mesma forma, para que as ações de CD sejam eficientes e suficientemente abrangentes, é necessária a participação do maior número possível de atores envolvidos resolução da crise, dos vários níveis hierárquicos.

A preocupação na proximidade das políticas da CD com a realidade local pode ser resolvida pelo fortalecimento e capacitação da participação dos atores locais, em âmbito nacional, e de cooperação internacional tripartite do qual um país vizinho, financiados por recursos de um terceiro país, implementa políticas de desenvolvimento quanto a problemas já superados em seu território.

Devem ser tomadas em conta que as ações de Cooperação para o Desenvolvimento têm sua contribuição limitada. Os resultados de projetos específicos estão vinculados a uma gama ampla e complexa de atividades das quais uma única ação, em período limitado, não abarcaria todas as áreas necessárias. Conclui-se que o êxito não está garantido pela assinatura de grandes acordos de paz, mas de muitos esforços diretos nas regiões afetadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, Roberto. Política externa e desenvolvimento. *Política Externa*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 51-71, Dez. 1994.

ADDISON, Tony. *A recuperação de África após os conflitos: Levar aos pobres os benefícios da paz*. Helsinki: UNU World Institute for Development Economics Research, 2003.

AMINOÁCIDOS. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2001-.

ANNAN, Kofi. *An Agenda for Peace*. Jun, 1992. Disponível em <<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>>. Acesso em 13 jan. 2005.

AXELROD, R. *The evolution of cooperation*. New York: Basic Books, 1984.

BAZZAN, Ana L. C. *Coordenação de agentes com técnicas de teoria dos jogos*. In: Curso JAIA, 2001. UFRGS. Disponível em: <<http://www.inf.ufrgs.br/~bazzan/jaiaGT.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2005.

BIRD / Banco Mundial. *Desenvolvimento e Redução da Pobreza: Reflexão e Perspectiva*. Washington: Communications Development Incorporated, 2004.

BRASIL. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: Ipea, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique, FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: LTC, 7º ed., 1970.

CHECKEL, Jeffrey T. The constructivist turn in international relations theory. *World Politics*, v. 50, n. 2, 324-348, jan. 1998.

DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT – GTZ. Division 4300, Sector Project Aids Control in Developing Countries. *Responding to HIV/Aids in the developing countries: The GTZ contribution: 15 years of experience – an overview*. Wiesbaden, 2001.

DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT – GTZ. *How successful is Technical Cooperation?* Eschborn, 2001. Disponível em: <http://www.gtz.de/dokumente/how_successful_is_TC_2001.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2004.

FERNANDES, Ana Paula. *Cooperação para o Desenvolvimento: Ficha Formativa nº 2*. Instituto Marquês de Valle Flôr. Fev. 2004. Disponível em: <http://www.plataformaongd.pt/documentos/fichas/Ficha_2_Coop_Desenv.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2005.

FLORENCIO, Sérgio Abreu e Lima. Política externa e políticas sociais. *Política Externa*, São Paulo, v.12, n. 2, set./nov., 2003.

FONSECA JR, Gélson. Aspectos da teoria de relações internacionais: notas didáticas. *Política Externa*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 72-100, Dez. 1994.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. *Normas para apresentação de Monografia*. 3. ed. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.fgvsp.br/institucional/biblioteca/normasbib.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2004.

GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. Coleção Relações Internacionais.

GOLÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. Coleção Ciências Sociais Passo-a-passo.

GRIFFITHS, Martin. *50 grandes estrategistas das relações internacionais*. São Paulo: Contexto, 2004.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou material, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

IPEA; PNUD. *Desafios de desenvolvimento*. [S.l.:s.n.], ano 1, n. 1, ago. 2004.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 3rd ed. [S.l.]: Longman, 2001.

LESSA, Celia de Andrade. Racionalidade estratégica e instituições. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&S0102-69091998000200008&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 20 jan. 2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

PAFFENHOLZ, Thania, REYCHLER, Luc. *Introducing the Peace and Conflict Assessment Model (PCA)*. 2004.

PLATAFORMA PORTUGUESA DE ONGD. *Cooperação para o Desenvolvimento*. Disponível em: <<http://www.plataformaongd.pt/plataforma/identidade/cooperacao.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2005.

PRADO, E. F. S. *Dilema do prisioneiro e dinâmicas evolucionárias*. Estudos Econômicos, 1999. Disponível em <<http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/artigospublicados/dil-prision-dinam-evolu.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2005.

RAUCH, Theo; BARTELS, Matthias; ENGEL, Albert. *Regional rural development: A regional response to rural poverty*. Wiesbaden: Universum Verlagsanstalt, 2001.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. *Relações Internacionais: teorias e agendas*. Brasília: IBRI, 2002. Coleção Relações Internacionais.

ROPERS, Norbert. *Desarrollo de la Paz, Prevención de Crisis y Manejo de Conflictos: Cooperación Técnica en el Contexto de Crisis, Conflictos y Catástrofes*. Eschborn: Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit – GTZ, 2003.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOPICOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E LOGÍSTICA INTERNACIONAL. *Teoria dos Jogos*. Disponível em: <<http://topicosderieli.hpg.ig.com.br/teoria.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2005.

VALADARES, Rodrigo. *A Cooperação Técnica Internacional Brasil-Japão – Um Estudo de Caso: Japan International Cooperation Agency Representação no Brasil*. Centro Universitário de Brasília. Professora Orientadora: Leila Maria Da’Juda Bijos. Jun. 2003.

APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas realizadas

Local	Data	Nome	Cargo e/ou Experiência
Brasília, Brasil	19 de março de 2005	Luiz Felipe Kraemer <u>Carbonell</u>	Coronel do exército brasileiro. Responsável pelo setor de relações públicas da missão de paz da ONU no Haiti no período de 2004-05.
Brasília, Brasil	Várias ocasiões	Dorival <u>Fidelis</u> da Silva	Tenente do exército brasileiro. Participou como “capacete azul” na missão de paz da ONU em Angola
Quito, Equador	07 de março de 2005	Sérgio Abreu e Lima Florêncio	Embaixador do Brasil no Equador. Pouco tempo depois da entrevista ocorreu a crise política equatoriana que acarretou na retirada do presidente Lúcio Gutierrez do poder, o que solicitou asilo ao Brasil e permaneceu certo tempo na casa do embaixador.
Quito, Equador	08 de março de 2005	Sônia Oliveira de Paredes	Setor cultural e de imprensa da Embaixada do Brasil no Equador

ANEXO A – Conceitos e termos de cooperação internacional

Ajuda Pública ao Desenvolvimento

Só devem catalogar-se como ajuda pública ao desenvolvimento propriamente dita as transferências que cumpram com os requisitos seguintes: tenham como objectivo o desenvolvimento de outros países; que tenham um carácter concessional.

Capacitação Institucional

Processo pelo qual se possibilita a formação e informação das instituições públicas e organizações da sociedade civil, potenciando a sua estruturação, melhorando a sua operacionalidade e a aumentado a sua intervenção estratégica. Trata-se de dotar indivíduos e organizações de instrumentos que lhes permita desempenhar as suas funções de forma eficaz, eficiente e sustentável.

Cooperação Bilateral e Multilateral

Entende-se por cooperação bilateral aquela em que os governos doadores mobilizam os seus fundos de cooperação para o desenvolvimento directamente para os “receptores” da ajuda, sejam estes os governos dos países ou outras organizações. A cooperação multilateral é aquela em que os doadores remetem os fundos para organizações multilaterais, para que estas os utilizem no financiamento das suas actividades e do seu funcionamento. A gestão destes fundos é feita pelas organizações internacionais e não pelos estados doadores, directamente. Segundo o glossário do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, consideram-se organizações multilaterais, aquelas instituições formadas por governos de países que dirigem as suas actividades de forma total ou significativa a favor do desenvolvimento e da ajuda a países receptores.

Cooperação Descentralizada

Num sentido restrito, consiste na cooperação realizada por administrações estatais, mas não do poder central (ex.: câmaras municipais, regiões autónomas). Num sentido mais alargado, trata-se de um novo enfoque da cooperação caracterizado pela descentralização de iniciativas, pela relação com o sul, pela incorporação de novos actores da sociedade civil e por uma maior participação dos actores da sociedade civil

dos países em vias do desenvolvimento, no seu próprio desenvolvimento. Com a Cooperação Descentralizada pretende-se reforçar a participação da população nas acções de Desenvolvimento, bem como a diversidade democrática das sociedades dos PVD e contribui para o reforço do tecido da sociedade civil, permitindo a existência de múltiplos actores no desenvolvimento, com capacidade autónoma de organização e gestão.

É importante destacar a duas principais componentes: a) por um lado, a existência de um novo espaço de cooperação para os agentes locais das sociedades em desenvolvimento, a que se reconhece um maior protagonismo e responsabilidade na cooperação para o desenvolvimento; b) por outro, a redefinição das acções dos actores dos países doadores que devem impulsionar e fomentar a participação dos actores locais.

Cooperação para o Desenvolvimento

A Cooperação para o Desenvolvimento visa apoiar regiões, países e comunidades que têm mais dificuldades, num contexto de desequilíbrio da repartição dos recursos e oportunidades a nível mundial. (definição da Plataforma Portuguesa das ONGD).

Cooperação Financeira

Transferências concedidas para financiar actividades orientadas para o desenvolvimento do país receptor, canalizadas sob a forma de recursos financeiros, ou seja, créditos ou donativos tais como bens e serviços. Podem distinguir-se três tipos: subvenções e créditos, através de projectos e programas; ajudas em bens necessários; financiamento de reformas estruturais.

Cooperação técnica

Trata-se da cooperação centrada no intercâmbio de conhecimentos técnicos e de gestão, com o fim de aumentar a capacidade das instituições e pessoas, afim de promover o seu próprio desenvolvimento. Grande parte da cooperação bilateral é dirigida para a cooperação técnica.

Cooperação Sul-Sul

Estabelecimento de parcerias entre organizações da sociedade civil do “SUL” no sentido de fortalecer a sua participação e capacidade de decisão e lobby na elaboração e implementação de políticas e projectos de cooperação para o desenvolvimento.

Educação para o Desenvolvimento

Na Educação para o Desenvolvimento implementam-se projectos e programas que visem sensibilizar a opinião pública europeia para os problemas dos países em vias de desenvolvimento, afim de se conseguir o apoio público para acções e estratégias que tenham um impacto positivo nas populações marginalizadas desses países, como parte integrante da luta contra a pobreza.

Trata-se de um processo dinâmico, interactivo e participativo, orientado para a formação integral das pessoas, para a sua consciencialização e compreensão das causas globais e dos problemas do desenvolvimento, nomeadamente das desigualdades Norte- Sul, e para assumirem um compromisso de acção transformadora da sociedade.

Empoderamento e Capacitação funcional

Processo pelo qual as pessoas fortalecem as suas capacidades, confiança e protagonismo no grupo social, de forma a transformarem positivamente as suas vidas. Esta terminologia começou por ser utilizada nas análises de género, tendo passado a ser utilizado para designar colectivos vulneráveis, nas análises sobre desenvolvimento comunitário e cooperação para o desenvolvimento.

A este auto-desenvolvimento do indivíduo ou da comunidade está associada uma participação cívica activa, na defesa e promoção, consciente, dos seus direitos e deveres, de forma a influenciar políticas e decisões.

Segundo Friedman, o empoderamento está associado ao controlo de três tipos de poder: a) social (entendido como o acesso à base da riqueza produtiva); b) o político (o acesso dos indivíduos ao processo de tomada de decisões, sobretudo aquelas que afectam o seu próprio futuro); c) o sociológico (entendido como o desenvolvimento da capacidade individual).

Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável é apresentado com impacto internacional em 1987, pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, no

relatório "Our Common Future". Neste relatório o desenvolvimento sustentável surge como "o desenvolvimento que vai de encontro à superação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em superar as suas próprias necessidades".

Mais tarde, na Cimeira do Rio, em 1992, promovida, igualmente, pelas Nações Unidas, houve um reconhecimento de três aspectos fundamentais na definição deste conceito, geralmente conhecidos pelos três pilares do desenvolvimento sustentável: Económico – um sistema económico sustentável deve garantir a produção contínua de bens e serviços, de forma a manter os níveis adequados de governabilidade e de endividamento externo, e evitar desequilíbrios sectoriais que possam causar danos irreversíveis quer na produção industrial, quer na produção agrícola; Ambiental - evitar a sobreexploração de recursos renováveis e uma exploração das fontes de recursos não renováveis na proporção dos investimentos realizados na procura de recursos e energias alternativas; Social – um sistema sustentável, que consiga uma distribuição equitativa, uma provisão adequada dos serviços de saúde e de educação, equidade de género, transparência e cidadania participativa.

Em 1995, teve lugar em Copenhaga, promovida pelas Nações Unidas, a Cimeira do Desenvolvimento Social. Aí foram definidos 10 compromissos internacionais concretos para a promoção do desenvolvimento social. Foi também acordada a iniciativa 20/20, isto é, 20% da APD dos países doadores e 20% da despesa pública dos países receptores deve ser canalizada à promoção dos serviços sociais universais básicos: educação básica, saúde primária, acesso a água potável, eliminação da má nutrição e acesso ao planeamento familiar.

Em Junho de 2000, num esforço conjunto, as Nações Unidas, a OCDE, o FMI e o Banco Mundial, estabeleceram sete objectivos que procuram conciliar a luta contra a pobreza, os compromissos em torno do desenvolvimento social e o desenvolvimento sustentável. Até 2015 pretende-se atingir um conjunto de objectivos, definidos como os objectivos do milénio (entre estes encontram-se a escolarização de todas as crianças no ensino primário até 2015 e aplicação de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentado até 2005, por forma a reparar os prejuízos causados nos recursos ambientais).